



AA  
S

ATA N.º 7 – Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelos senhores Fernanda Paula Marques de Oliveira e Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 6 – Sessão Ordinária de 27 de junho de 2014;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013);
- 4 – Derrama a cobrar no ano de 2015;
- 5 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI a cobrar no ano de 2015;
- 6 – Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS de 2015;
- 7 – Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais;
- 8 – Contrato-Promessa de Doação a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira, José Narciso Brandão de Pinho e esposa, e a União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô;
- 9 – Procedimento concursal “Aluguer de salas pré-fabricadas para atividade letivas, atividades de enriquecimento curricular, refeitório escolar e outras atividades de apoio a instalar junto aos edifícios das EB do Concelho de Santa Maria da Feira”  
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 10 – Procedimento de “Aquisição de Apólices de Seguros”  
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 11 – Empreitada de “Requalificação Ambiental da Pedreira das Penas” – Santa Maria da Feira  
- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 12 – Arrendamento Low Cost no Centro Histórico de Santa Maria da Feira (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*);
- 13 – Proposta de eliminação de documentos;



**14 – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular**-----

- **Aprovação de adesão**-----

- **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;**-----

**15 – Aquisição de serviços “Comunicações de voz fixas, móveis e dados”**-----

- **Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.**-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, por todos os seus membros, nomeadamente pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos senhores vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, António Alves Cardoso, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos, e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Posto isto, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de dez credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia:-----

– Argoncilhe: delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----

– Arrifana: delegada a representação no Secretário do Executivo – Ricardo Leite Oliveira;-----

– Fiães: delegada a representação na Secretária do Executivo – Maria Isabel Ribeiro Fontes da Silva;-----

– Lourosa: delegada a representação na Vogal do Executivo – Catarina Irene Pimentel Pereira;-----

– Mozelos: delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel António Duarte Teixeira;-----

– Paços de Brandão: delegada a representação na Secretária do Executivo – Rita Micaela Ribeiro Marques;-----

– Sanguedo: delegada a representação na Tesoureira do Executivo – Liliana Alves Couto;-----

– São João de Ver: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Sebastião Ferreira



de Castro;-----

– União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros: delegada a representação na Secretária do Executivo: Joana Vasconcelos Teixeira Coelho; -----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os deputados municipais António André da Silva Topa (PSD), Maria José Ferreira dos Santos (PSD) e Manuel Ferreira Santos (PS) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão dada a impossibilidade em estarem presentes – o membro António Topa por se encontrar em gozo de férias, a deputada municipal Maria José por motivos profissionais e o membro Manuel Santos por razões pessoais. -----

Sobre a substituição do membro António Topa, informou que o mesmo é substituído na sessão, nos termos legais, pelo cidadão a seguir na lista do PSD – Justino de Amorim Pinto – que se encontrava presente para o efeito. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Maria José Santos, informou que a cidadã a seguir na lista da mesma força partidária – Juliana Canedo Rocha – comunicou não poder estar presente na sessão por compromissos anteriormente assumidos. Verificando que o cidadão seguinte da lista – João Luis Almeida Cunha – se encontrava presente para o efeito, informou que o mesmo substituída, na sessão, a deputada municipal Maria José Santos.-----

Sobre a substituição do membro Manuel Santos, informou que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (PS) – Telmo André dos Santos Gomes – solicitou, de igual modo, ser substituído na presente sessão. Verificando que a cidadã seguinte dessa mesma lista – Margarida Arcelina Assunção Alfama – se encontrava presente para o efeito, informou que a mesma substituída, na sessão, o membro Manuel Santos.-----

-----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Fernanda Paula Marques de Oliveira; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Gastão Valente Pinto da Silva; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio;

---



Bernardino Manuel Martins do Couto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Moisés Salvador Coelho Ferreira; Filipe Ramiro Tavares Moreira; Válter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira. -----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros José Fernando Moreira, Adriana Marisa da Silva Cardoso, Márcio Santos Correia, Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, e Maria Manuela da Silva Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô. -----

Faltaram os membros Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares; António Óscar Correia Soares Neves – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas; e José Henriques dos Santos – Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. -----

-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 27 de junho de 2014: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Daniel Gomes, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre os protocolos celebrados entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Canedo e a Suldouro – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por



- e-mail, em 27/06/2014; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre clubes e associações desportivas – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 27/06/2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através dos requerimentos que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Águas pluviais, Rio Meão”, “Praia Fluvial da Mámoa”, “Perigo para a saúde pública, Escapães” e “Lixo a céu aberto, Santa Maria de Lamas” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 27/06/2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Moisés Ferreira, através dos requerimentos que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Lixeira a céu aberto, Caldas de S. Jorge”, “Número sobre abate de animais no concelho”, e “Falta de segurança nas obras de aterro, em Gestal, Canedo” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 27/06/2014;-----
  - Carta do advogado Dr. Manuel Costa dos Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e análise, cópia da exposição que na mesma data seguiu para a Câmara Municipal, em nome das suas constituintes Fabiana Margarida Dias Oliveira Marques e Maria Alexandra Oliveira Marques, sobre o Proc. N.º 77/2014/QXA; -----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 de junho de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o para uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, que se realizou no passado dia 10 de julho de 2014;-----
  - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento no âmbito dos subsídios atribuídos pela Câmara
-



- Municipal aos clubes/associações desportivas do concelho, nos anos de 2012 e 2013;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso no âmbito dos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal aos clubes/associações desportivas do concelho, nos anos de 2012 e 2013;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Chefe da Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação da Câmara Municipal, enviando exemplar da publicação editada pelo Professor Doutor Sidónio Pardal, intitulada “Ser Autarca, Missão e Desafios”, que havia sido oferecida a esta Assembleia pela Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
  - Convite da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Eucaristia e na Majestosa Procissão em honra de S. Tiago, eventos realizados no passado dia 27 de julho de 2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Lixeira a céu aberto, Zona Industrial do Casalinho” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 04/07/2014;-----
  - Ofício do munícipe António Fernando Pinto da Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da carta enviada à Câmara Municipal sobre barulho causado pelo Café Green Park, em S. Paio de Oleiros;-----
  - Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração da exposição Healing Painting, que decorreu no passado dia 12 de julho de 2014;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, ofício entretanto rececionado, do munícipe António Fernando Pinto da Silva, sobre barulho causado pelo Café Green Park, em S. Paio de Oleiros, solicitando seja dada resposta àquele munícipe; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe António Fernando Pinto da Silva, acusando a receção da carta enviada pelo mesmo sobre barulho causado pelo Café Green Park, em S. Paio de Oleiros, bem como informando que, na mesma data,
-



- reencaminhou a mesma ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, solicitando a devida resposta;-----
- Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração das instalações requalificadas do Centro Integrado de Apoio à Deficiência, cuja cerimónia se realizou no passado dia 15 de julho de 2014;-----
  - E-mail do deputado municipal Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Estrada cortada sem motivo aparente”;-----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Estrada cortada sem motivo aparente”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia no âmbito dos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal aos clubes/associações desportivas do concelho nos anos de 2012 e 2013 – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 14/07/2014;-----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de junho de 2014;-----
  - Ofício do Sr. Coordenador do IEVA – Grupo de Trabalho para as infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, confirmando a receção dos contributos e agradecendo a colaboração pelas sugestões produzidas por esta Assembleia;-----
  - Ofício da Chefe da Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a oferta da publicação “Ser Autarca, Missão e Desafios”, da autoria de Sidónio Pardal e José Poças Esteves;-----
  - E-mail da Sr.<sup>a</sup> Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação, da Secretaria-
-



- Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, para instrução de processo de declaração de utilidade pública da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria, cópia da ata da sessão de 21/09/2007 desta Assembleia; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação, da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, remetendo, para os devidos efeitos, cópia em formato digital do ponto n.º 6 da sessão de 21/09/2007 desta Assembleia, relativo à “Criação da ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria”; -----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 14 de julho de 2014; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, a resposta do Ministério das Finanças às perguntas que lhe foram dirigidas pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre “Encerramento de Repartições de Finanças no distrito de Aveiro”; -----
  - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento no âmbito da atribuição de espaços às Associações, relativamente às edições de 2011 a 2014 da Viagem Medieval; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, no âmbito da atribuição de espaços às Associações, relativamente às edições de 2011 a 2014 da Viagem Medieval; -----
  - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que a informação que pediu através do requerimento sobre a atribuição de espaços às Associações, relativamente às edições de 2011 a 2014 da Viagem Medieval, seja extensível a todas as entidades, singulares e coletivas, a quem foram atribuídos espaços na Viagem Medieval, e não apenas às Associações; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela
-





deputada municipal Margarida Gariso, em que solicita que a informação que pediu através do requerimento sobre a atribuição de espaços às Associações, relativamente às edições de 2011 a 2014 da Viagem Medieval, seja extensível a todas as entidades, singulares e coletivas, a quem foram atribuídos espaços na Viagem Medieval, e não apenas às Associações;-----

- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de julho de 2014;-----
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 de agosto de 2014;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, cópia do ofício enviado ao município em resposta à exposição por aquele apresentada sobre o estabelecimento comercial Green Park (horário e espetáculos de Karaoke);-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo esclarecimentos às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre regulamentos e atribuição de espaços, relativamente às edições de 2011 a 2014 da Viagem Medieval – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 14/07/2014;-----
- Convite da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Lamas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente, no âmbito das Festas em Honra de Santa Maria, na Missa Solene e na Majestosa Procissão, que se realizaram no passado dia 7 de setembro de 2014;-----
- E-mail de Manuel Azevedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o envio das listas aos órgãos autárquicos do Concelho ou, na sua impossibilidade, as atas de tomada de posse aos diferentes órgãos autárquicos de 1976;-----
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Travessa das Fogaceiras em Guisande – atentado ambiental”;-----



- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Travessa das Fogaceiras em Guisande – atentado ambiental”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o para uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, a realizar no próximo dia 29 de setembro de 2014; -----
- Ofício do Sr. Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para, ao cessar funções desse cargo, apresentar os seus respeitosos e cordiais cumprimentos de despedida; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 25 de agosto de 2014; -----
- E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento em que solicita informação diversa a propósito do evento Viagem Medieval; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, em que solicita informação diversa a propósito do evento Viagem Medieval; -----
- E-mail do deputado municipal Márcio Correia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão de 26 de setembro de 2014, do assunto “Arrendamento Low Cost no Centro Histórico de Santa Maria da Feira”; -----
- E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo sua circular n.º 100/2014 sobre a conferência “A Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade”, a realizar no próximo dia 15 de outubro de 2014; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2014, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara



- Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2014, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo propostas da CDU para as Grandes Opções do Plano para 2015;-----
  - E-mail do deputado municipal António André da Silva Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, uma vez se encontrar em gozo de férias, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos da Lei;-----
  - E-mail da deputada municipal Maria José Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, uma vez que, por motivos profissionais, se encontra no estrangeiro a participar num Congresso, pelo que solicita a sua substituição na referida sessão;-----
  - E-mail do deputado municipal Manuel Ferreira Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais;-----
  - E-mail da empresa DitadoDigital, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando reunião para apresentação dos produtos daquela empresa, onde se inclui soluções para as gravações das reuniões bem como um serviço de transcrição; -----
  - E-mail da Comissão Organizadora do Encontro internacional “Os Municípios na Modernização Educacional e Cultural”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações sobre o referido evento e solicitando divulgação do mesmo;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2014;-----
-



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2014; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos – José Carlos Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, pelo que delega a sua representação no Secretário daquele Executivo – Manuel António Duarte Teixeira; -----
- Convite da Fundação Ilídio Pinho, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na cerimónia de entrega dos prémios às escolas, no âmbito da 11.ª Edição do Prémio Fundação Ilídio Pinho “Ciência na Escola”; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 08 de setembro de 2014; -----
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Zona Industrial de Rio Meão”; -----
- E-mail da Assembleia Municipal de Gondomar, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando cópia da moção “Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, aprovada por aquele órgão na sua sessão de 08/09/2014; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, a pedido de Juliana Rocha (cidadã seguinte da lista do PSD a este Órgão), da impossibilidade da mesma estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, pelo que solicita ser substituída na sessão pelo elemento imediatamente a seguir da mesma lista; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Zona Industrial de Rio Meão”; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Sr. Presidente da Assembleia, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência



de um voto de louvor, uma recomendação e uma moção apresentada pelo grupo municipal do PS, bem como uma recomendação e duas moções apresentadas pelo membro Moisés Ferreira (BE), que, nos termos regimentais, foram remetidas aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, para serem apreciadas nesta sessão – e que foram enviadas, por e-mail, aos membros da Assembleia. Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a devida apresentação e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os mesmos. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Carla Pereira* (PS) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“POR UM SERVIÇO EFICIENTE E DE QUALIDADE PRESTADO PELO CHEDV – E PELO REFORÇO DO SEU QUADRO CLÍNICO -----

Poucos dias após a comemoração dos 35 anos do SNS, que constituiu uma das maiores conquistas de abril, sustentado em princípios de universalidade e equidade, a verdade é que, no nosso Concelho vivem-se momentos de extrema insegurança nesta área fundamental. -----

A grave carência de médicos especialistas, patente no Hospital São Sebastião está a colocar em forte risco toda a população abrangida, representada em cerca de 350 mil pessoas. -----

Verificando-se que: -----

1. A Ordem dos Médicos referiu recentemente a falta de 40 médicos em 14 especialidades, depois de confrontar o quadro previsto para o Hospital S. Sebastião com o número efetivo de profissionais;-----
2. No seguimento dos alertas da Ordem dos Médicos, também a Federação Nacional de Médicos veio chamar a atenção para o circuito do chamado doente crítico – que compreende as Urgências, Unidades de Cuidados Intensivos Polivalentes (UCIP) e Cuidados Intermédios (UCI) – onde a falta de clínicos é considerada particularmente grave; -----
3. Também, a diretora da UCIP/UCI, desse Centro Hospitalar, já tinha denunciado esta situação em abril, quando pediu a demissão do cargo alegando precisamente ausência de recursos humanos e falta de segurança dos doentes. Em que expunha detalhadamente um quadro de “sobrecarga de trabalho”, “quadro médico insuficiente”, “delapidação do quadro médico da emergência” e “risco” para a segurança dos doentes internados na UCIP/UCI e de todos os doentes críticos do CHEDV;-----



4. No início de agosto último, veio também a público a notícia de colocação de internos – médicos em formação de especialidade – em serviço na Urgência sem supervisão, situação que viola o regulamento de internamento médico e coloca o CHEDV em risco de perder a idoneidade formativa; -----

5. E deteta-se que esta grande falta de médicos no Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga não é um problema recente, que só agora tenha sido denunciado. A Administração Central do Sistema de Saúde já alertava para a necessidade do CHEDV contratar 50 especialistas, num estudo realizado em setembro de 2011. -----

Chegou-se a um tal ponto de afiliva rutura, e tendo-se concluído que estamos perante um problema já antigo, a solução reveste-se de vital urgência. -----

Pelo supra exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a vinte e seis de setembro de 2014, delibera que esta Assembleia Municipal expresse aos órgãos competentes (Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Saúde e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde):-----

1. Manifestar a sua preocupação quanto à grave carência de profissionais de saúde existente no Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, exigindo uma solução urgente de forma a não colocar mais em risco a saúde e a vida da população abrangida; -----

2. Recomendar à Câmara Municipal para que faça pressão junto do Governo para a célere resolução deste problema que se prolonga há demasiado tempo; -----

3. Enviar a presente moção a todos os Grupos Parlamentares e à presidência da Assembleia da República.”-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) para apresentar o voto de louvor cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Hóquei em Campo é uma modalidade olímpica com origem Britânica. Hoje em dia é bastante popular nos países anglófonos, países baixos, Argentina, China e Alemanha. -----

Em Portugal, a modalidade nunca se encontrou entre as mais praticadas pelos atletas nacionais, muito provavelmente pelos custos associados à prática e às instalações desportivas.

De qualquer modo, desde 1951 que se pratica Hóquei em Campo no nosso concelho. -----

O Clube de Futebol União de Lamas – Hóquei é uma equipa amadora que tem engrandecido o nome de Santa Maria de Lamas e, concomitantemente, o de Santa Maria da Feira, nacional e

---



internacionalmente. O espólio de títulos conquistado por esta equipa encontrar-se-á certamente entre os mais apetrechados do concelho. -----

A título exemplificativo enumeram-se cinco Campeonatos Nacionais, sete Taças de Portugal, uma Super Taça, três Taças do Torneio dos Campeões e doze participações europeias na EuroHockey Cup, tendo-se sagrado campeão europeu, no ano de 2010, em Lousada, bem como diversos títulos conquistados pelos escalões veteranos e jovens. -----

Por si só, esta realidade justificaria a apresentação deste voto de louvor. No entanto, quando assimilamos que todo este sucesso é alcançado, apesar do voluntarismo de jogadores, técnicos e dirigentes, e sem apoios sequer comparáveis aos concedidos à prática do futebol, ficamos mais conscientes da grandeza do trabalho alcançado. -----

Não obstante de constantes promessas por cumprir, há pelo menos uma década, relativamente à construção de balneários e da edificação de uma pequena bancada, o Clube Futebol União de Lamas – Hóquei será anfitrião da EuroHockey Club Champions Challenge IV, entre os dias 22 e 25 de maio de 2015, recebendo equipas da Hungria, Finlândia, Grécia, Malta, Noruega e Ucrânia. -----

Quer isto dizer que Santa Maria da Feira receberá uma competição internacional e muitas mais poderá receber, se a Câmara Municipal tiver uma visão ampla e estratégica do Desporto, compreendendo o potencial que esta modalidade poderá ter para o nosso concelho, em termos turísticos, reputacionais e de desenvolvimento local. -----

Deste modo, propomos reconhecer e louvar o mérito dos atletas, técnicos, dirigentes e da comunidade envolvida no Clube Futebol União de Lamas – Hóquei, por terem contribuído para o desenvolvimento desportivo do concelho de Santa Maria da Feira.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Carla Pinto** (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A nova EB 2,3 Fernando Pessoa abriu portas e não tardaram os protestos pelo modo nada tranquilo/ seguro como o início do ano letivo decorreu. -----

Sabendo que:-----

1 - Infraestruturas básicas como o gás e a eletricidade só foram asseguradas nas vésperas do arranque do ano letivo; -----

2 - Os acessos básicos estão num estado caótico, sem segurança, sem passadeiras, sem

---



iluminação pública; -----

3 - Há todo um conjunto de infraestruturas básicas que deviam estar planeadas e executadas antes do início da sua utilização;-----

4 - O material didático do antigo edifício, muito do qual em muito bom estado de conservação, algum mesmo, novo, não foi levado para o novo edifício. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2014, recomenda à Câmara Municipal: -----

1 - Que se conclua todos os trabalhos relativos à plena instalação da EB 2,3 Fernando Pessoa, nomeadamente os acessos à escola, a sinalização, as passadeiras para os peões, a iluminação pública, etc., de modo a assegurar a segurança e o bem-estar de todos quantos frequentam ou circulam na zona da referida escola.”-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar à Assembleia os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO – ACABAR COM O USO DE TÍTULOS ACADÉMICOS ENTRE OS ELEITOS MUNICIPAIS -----

Para que a democracia possa ser vivenciada na sua plenitude nas autarquias, urge pôr fim a todos os entraves que inviabilizem uma autêntica igualdade de tratamento entre todos os eleitos – tanto nas Assembleias Municipais, como nas Câmaras Municipais –, assim como os entraves que dificultam o tratamento de igualdade entre eleitos e eleitores. -----

O tratamento dos eleitos pelos títulos académicos pode provocar, em primeiro lugar, uma diferenciação no tratamento entre eleitos e, acima de tudo, cultiva um modo de tratamento reverencial que promove ainda mais o afastamento entre os eleitores e os órgãos por si eleitos. A democracia autárquica foi e é uma das grandes conquistas que colocaram os portugueses e Portugal nos caminhos do progresso, da modernidade e equidade de tratamento. -----

Por isso mesmo, a utilização nas reuniões das Assembleia Municipais e das Câmaras de títulos como doutor ou engenheiro, manifestamente conduzem a características diferenciadoras, que em nada beneficiam a vida democrática das autarquias. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2014, delibera: -----

1) Acabar, nas suas reuniões, com o tratamento dos eleitos municipais pelos seus títulos





- académicos. -----
- 2) Recomendar à Câmara Municipal que nas suas reuniões proceda de igual modo, acabando também com o uso de título académico no tratamento entre vereadores.-----
- 3) Recomendar à Câmara Municipal que na sua comunicação, informação e correspondência com os munícipes deixe de utilizar títulos académicos.”-----

“MOÇÃO – CONTRA A REINTRODUÇÃO DE CORTES NOS SALÁRIOS DOS PORTUGUESES -----

O Tribunal Constitucional voltou a declarar a inconstitucionalidade de várias normas de austeridade que o Governo vinha a impor aos portugueses. No acórdão de 30 de maio, uma das normas consideradas inconstitucionais foi a que impunha cortes aos salários dos portugueses, cortes esses que podiam ir até aos 12%. -----

Com o 2.º Orçamento Retificativo de 2014, o Governo insiste na mesma tónica e retoma os cortes nos salários, adotando aqueles que foram impostos pela primeira vez em 2011.-----

Esses cortes aplicam-se também aos trabalhadores dos municípios, pelo que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na defesa dos salários e dos direitos laborais adquiridos, deve pronunciar-se no sentido de manifestar a sua oposição a mais estes cortes. -----

Apesar de toda a propaganda do Governo e apesar de ter vindo dizer, na altura do 2.º Orçamento Retificativo, que não iria aumentar a austeridade, o que se vê é que o Governo não alivia em nada os sacrifícios que impõe aos portugueses. -----

O corte nos salários é prejudicial, não só para os portugueses que ficam espoliados de um dinheiro que é seu por direito, como também para a economia, nomeadamente a local, que se ressentirá cada vez mais pela perda do poder de compra dos portugueses. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2014, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição à reintrodução de cortes nos salários dos portugueses;-----
2. Comunicar ao Governo, através do Ministério das Finanças, e à Assembleia da República, através da Mesa da Assembleia e dos vários grupos parlamentares, a necessidade de eliminar esses cortes de forma a potenciar o crescimento da economia e a reposição de um melhor nível de vida para os portugueses;-----
3. Fazer chegar cópia da presente moção à Ministra das Finanças e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.”-----



“MOÇÃO – CONTRA A COBRANÇA DE PORTAGENS POR PARTE DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA-----  
Desde a aprovação da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro, que consiste no Orçamento de Estado para 2012, que a Autoridade Tributária passou a cobrar dívidas de privados desde que estes façam parte de uma Parceria Público-Privada.-----

Um dos reflexos mais gritantes desta lei é a forma como o Fisco passou a cobrar portagens, instaurando processos aos portugueses e avançando para penhoras sobre salários, pensões, no limite, bens imóveis.-----

Para além da imoralidade que é utilizar os recursos públicos, neste caso os recursos da Autoridade Tributária, para andar a fazer cobranças de interesses privados, esta nova atuação da AT desenhada pelo Governo tem prejudicado gravemente os portugueses, transformando dívidas de meia dúzia de euros em execuções fiscais na ordem das centenas de euros.-----

Vários exemplos têm vindo a público: uma vez que a AT instaura um processo por cada pórtico que o condutor tenha passado, uma pequena dívida à Ascendi transforma-se numa grande dívida às Finanças.-----

Um dos últimos casos de que o BE teve conhecimento foi de um condutor que por causa de uma dívida de 33,13 € teve que pagar 1.102,63 € às Finanças, sob ameaça de penhora de bens. Esta situação é de todo inadmissível porque é, verdadeiramente, andar à caça da pequena multa para extorquir o rendimento dos portugueses.-----

Tendo em conta que a população de Santa Maria da Feira, por proximidade de várias ex-Scut ao território, está sujeita a que estas situações lhe sucedam, e tendo em conta que esta é uma situação injusta e muito lesiva dos interesses da população, -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de setembro de 2014, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição à forma como a Autoridade Tributária tem vindo a fazer a cobrança de dívidas de privados, em particular no que toca a cobrança de portagens. -----
2. Comunicar ao Governo, através do Ministério da Economia, e à Assembleia da República, através da Mesa da Assembleia e dos vários grupos parlamentares, a necessidade de eliminar esta situação em que a AT está obrigada a fazer a cobrança de dívidas de privados envolvidos em PPP.-----
3. Fazer chegar cópia da presente moção ao Ministério da Economia e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----



Sobre esta moção, o membro Moisés Ferreira pediu autorização à Mesa para alterar o texto dos pontos n.ºs 1 e 2 da moção – tendo tido a aceitação da mesma – no sentido de que esses pontos passassem a ter a seguinte redação:-----

“1. Manifestar a sua oposição à lei que obriga a AT a proceder da forma como tem vindo a proceder na cobrança coerciva de dívidas de portagens. -----

2. Comunicar ao Governo, através do Ministério da Economia, e à Assembleia da República, através da Mesa da Assembleia e dos vários grupos parlamentares, a necessidade de alterar a lei.” -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dar nota do voto favorável do grupo municipal do PSD ao voto de louvor apresentado, informando, quanto à moção sobre o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, que seria o membro Serafim Guimarães a manifestar qual a posição do grupo municipal do PSD. -----

Quanto à recomendação sobre a nova EB 2,3 Fernando Pessoa, disse estranhar essa recomendação, destacando tratar-se de uma escola que foi hoje inaugurada e que, em todas as situações, é melhor do que a antiga, inclusive na questão do estacionamento e na largura da estrada, facilitando a circulação dos autocarros. -----

Referiu ser natural que ainda existam situações por terminar, mencionando o caso da colocação de algumas passadeiras, frisando que essa colocação só pode ser executada após o alcatroamento da estrada e da execução do passeio, realçando ser esse trabalho que está a ser feito. -----

Sublinhou tratar-se de uma escola de grande qualidade, que é elogiada por toda a comunidade escolar, desde professores, funcionários, alunos e pais, e que, portanto, o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação porque a mesma recomenda a correção de situações que já estão a ser corrigidas e porque tenta denegrir algo que devia aplaudir e congratular. -----

Em relação às duas moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, disse entender que nem merecem discussão, sublinhando que o grupo municipal do PSD vota contra essas moções. ----

Quanto à recomendação para acabar com o uso de títulos académicos no tratamento entre os eleitos municipais, disse ser da opinião que cada um trata como quiser, desde que com respeito. Disse não ser nem doutor nem engenheiro mas que entende que não pode tratar o General Ramalho Eanes por António ou por António Eanes, mas sim que o deve tratar por

---



General. Concluindo, deu nota que o grupo municipal do PSD também vota contra essa recomendação.-----

-----  
Interveio o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que começou por dizer que a sua intervenção prende-se com a moção sobre o Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga (CHEDV), realçando que esse Centro Hospitalar apoia os concelhos de Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Arouca, Ovar e Vale de Cambra, que tem quase 220 especialistas, 130 médicos internos e que, em 2013, produziu 320 mil consultas, 22 mil anestésias, 180 mil urgências e 21 mil internamentos, dizendo ser do entendimento que o CHEDV é um motivo de orgulho porque, em termos globais, funciona suficientemente bem. -- Referiu que o CHEDV tem, efetivamente, algumas dificuldades e que uma delas prende-se com o facto de metade dos seus especialistas terem mais de 50 anos, recordando que decorre da lei que a partir dos 50 anos de idade não é obrigatório fazer urgência durante a noite e que a partir dos 55 anos está-se dispensado de fazer urgências.-----

Salientou que outra dificuldade prende-se com uma realidade que já havia acontecido no sul do País e que agora aconteceu no norte, que é a criação de hospitais privados, fazendo notar que alguns médicos saíram do CHEDV e foram trabalhar, em exclusividade, para hospitais privados. Referiu que, para além desses, outros médicos saíram por aposentação e que, portanto, o CHEDV precisa de contratar. -----

Informou, nesse âmbito, que foram contratados 18 especialistas e que estão em concurso mais 16 e que, segundo informação da Administração Regional de Saúde do Norte, serão autorizadas mais 8 contratações até ao final do ano.-----

Ainda a esse respeito, sublinhou que a administração do CHEDV está a contratar dentro daquilo que pode mas que tem tido dificuldades em encontrar médicos para o serviço de urgência, referindo que estão autorizados contratos para prestadores de serviços e que os recursos humanos estão a ser encontrados à medida do que é possível. -----

O membro Serafim Guimarães prosseguiu a sua intervenção dizendo, em relação aos médicos internos, que o CHEDV tem incluído nos seus quadros o máximo possível que a Ordem dos Médicos permite ter, informando totalizarem 130, incluindo médicos de Ano Comum e médicos de especialidade. Realçou não existirem constrangimentos financeiros para as contratações nessas situações, mas que tais são feitas dentro do que é possível encontrar, em

---



termos de recursos humanos. -----

A propósito da notícia de há dias de que médicos internos estariam, no Hospital S. Sebastião, a consultar doentes de modo indevido porque não estavam supervisionados, frisou não corresponder à verdade, salientando que eram médicos internos que estavam supervisionados pelo chefe da equipa de Urgência, e que estavam a fazer o serviço de triagem e não a ocupar lugares de especialistas. Nesse âmbito, comentou que caso se tratasse de médicos colombianos, com muito menos formação e que são contratados a ganhar o triplo do salário, então não haveria problema e não seria motivo de notícia. Reafirmou que o Hospital está com dificuldades porque é difícil encontrar recursos humanos para contratar e não porque não haja dinheiro ou vontade de contratar, referindo estar em curso a contratação de um médico para os cuidados intensivos, bem como estar previsto a contratação de mais três internistas para trabalhar nos cuidados intermédios do Hospital. -----

Disse, portanto, ter ficado espantado com a apresentação da moção na presente sessão, ainda mais porque, há poucos dias, o Hospital respondeu a um pedido de informação proveniente da Assembleia da República, oriundo do Partido Socialista, tendo explicado tudo aquilo que estava a acontecer no Hospital. -----

Concluindo, disse entender não ser preciso envolver o Presidente da República para resolver a situação, sublinhando que administração do CHEDV, em conjunto com a Administração Regional de Saúde, está a tratar do assunto. -----

Posto isto, *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Voto de Louvor* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 45 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto de louvor ao Clube Futebol União de Lamas – Hóquei, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo PS sobre a nova EB 2,3 Fernando Pessoa*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, BE, CDU), 25 votos contra (PSD) e 3 abstenções (CDS-PP, Ind., PS: 1 – Liliana Couto), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá



aquí por transcrito. -----

*Entrou o membro Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos.* -----

*– Recomendação apresentada pelo BE intitulada “Acabar com o uso de títulos académicos entre os eleitos municipais”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (BE, CDU), 24 votos contra (PSD) e 20 abstenções (PS: 16, CDS-PP, Ind., PSD: 2 – Manuel Jacinto Moreira e Joana Vasconcelos Coelho), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aquí por transcrito. -----

*– Moção apresentada pelo PS intitulada “Por um serviço eficiente e de qualidade prestado pelo CHEDV – e pelo reforço do seu quadro clínico”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, BE, CDU), 26 votos contra (PSD) e 3 abstenções (CDS-PP, Ind., PS – Liliana Couto), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aquí por transcrito. -----

*– Moção apresentada pelo BE intitulada “Contra a cobrança de portagens por parte da Autoridade Tributária”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, BE, CDU), 27 votos contra (PSD: 26, Ind.) e 2 abstenções (CDS-PP, PS – Liliana Couto), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aquí por transcrito. -----

*– Moção apresentada pelo BE intitulada “Contra a reintrodução de cortes nos salários dos portugueses”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 15, BE, CDU, Ind.), 26 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP, PS: 1 – Liliana Couto), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aquí por -----



transcrito. -----  
-----

O membro *Válter Amorim* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Queria justificar o sentido de voto em relação às três moções aqui apresentadas. Em relação às duas do Bloco de Esquerda, o meu sentido de voto foi a abstenção, e faço-o por uma questão de consciência.-----

E em relação à do Partido Socialista, também votei em abstenção, neste caso por trabalhar nesse dito centro hospitalar, exatamente nos serviços em questão e conhecer por dentro esta realidade.”-----  
-----

A deputada municipal *Carla Pinto* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Naturalmente, votei favoravelmente a recomendação da conclusão dos trabalhos da nova escola EB 2,3 porque as deficiências aqui mostradas foram percebidas pelos pais, pelos reais utentes da escola, e não por quem vai só de vez em quando, passar o dia de corta fitas.-----

Apenas pretendemos que todos os alunos da comunidade escolar usufruam da nova escola, congratulamo-nos com a nova escola, não é isso que está aqui em questão, mas o facto de nos congratularmos com a nova escola não nos inibe de fazermos sugestões, recomendações, para que a escola funcione ainda de uma maneira melhor, com segurança para todos. -----

Lamentamos que os deputados do PSD não sejam solidários desta vontade, da rápida conclusão dos trabalhos, portanto, no fundo, não têm muita pressa.”-----  
-----

A deputada municipal *Carla Pereira* (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Evidentemente votei a favor da moção apresentada sobre a carência de médicos do CHEDV, porque a situação realmente é muito alarmante. Estamos a lidar com a vida e com a saúde das pessoas, e não é uma situação de hoje, é uma situação que se prolonga. -----

E se as carências estão identificadas, se as dificuldades também estão identificadas, temos nós de fazer pressão para que elas sejam colmatadas no mais breve espaço possível.-----

É verdade que estão alguns procedimentos em curso. Sim, estão. Mas nós sabemos o quanto os procedimentos concursais demoram a ser realizados, e sabemos que só com a pressão da comunicação social, só com a pressão das estruturas regionais é que estes processos muitas vezes são imediatos. -----  
-----



E quando nós vemos, na comunicação social, denunciarem que uma utente faleceu às portas da Urgência antes de ter consulta, isto é grave, muito grave.-----

Eu peço desculpa, mas acho sinceramente que há aqui uma falta de sensibilidade terrível, pelo bem-estar, saúde e segurança dos utentes que estão abrangidos pelo CHEDV.”-----

-----  
A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O grupo municipal do PS votou favoravelmente contra a cobrança de portagens por parte da Autoridade Tributária porque entendemos que a forma como esta lei está feita e a forma como estão a ser cobradas as portagens que não são pagas pelos cidadãos, representam um verdadeiro esbulho porque o objetivo e o desincentivo à não cobrança passou a uma oportunidade para ir buscar dinheiro aos cidadãos de uma forma ilegítima. Razão pela qual não podemos tolerar que continue esta forma de sacar dinheiro aos cidadãos.-----

Votamos também favoravelmente contra a reintrodução de cortes nos salários dos portugueses porque esta situação está a dizimar a oportunidade que nós temos de fazer crescer o emprego, está a prejudicar a vida das famílias, a prejudicar a vida das empresas e, portanto, só podemos estar a favor do facto de não considerarmos que devam ser feitos cortes nos salários dos portugueses.-----

Abstivemo-nos relativamente à recomendação do Bloco de Esquerda para acabar com os títulos académicos pela circunstância de entendermos que não é esta razão que afasta os cidadãos da política. Contudo, não temos nada a opor que estes títulos deixem de ser utilizados.”-----

-----  
O membro **Serafim Guimarães** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Nós não votamos a favor de chamar as altas entidades da Nação acerca do Hospital da Feira porque foram identificadas carências e, desde há dois anos, foram contratados 18 especialistas que já estão no hospital, estão em concurso mais 16, vão ser autorizadas mais 8 até ao fim do ano, e a Administração está a contratar aquilo que é possível para tentar resolver a Urgência. Não é uma questão de sensibilidade, é uma questão de possibilidade.”-----

-----  
*Entraram os membros José Fernando Moreira, Adriana Marisa da Silva Cardoso, e Maria Manuela da Silva Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de*





São Miguel de Souto e Mosteirô. -----

-----  
Ultrapassada a discussão e votação do voto de louvor, recomendações e moções, o **Sr. Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia, uma vez ainda haver tempo disponível. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Moisés Ferreira. -----

-----  
Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por questionar a Câmara se estão a ser aproveitados os rasgos abertos pela Indaqua Feira, em várias estradas, para instalar a rede de saneamento, para, ao mesmo tempo, ser feita a instalação da rede de gás natural. Disse que caso tal aproveitamento não esteja a ser feito o que vai acontecer é que, daqui a algum tempo, essas estradas vão ser pavimentadas para, depois, serem abertos novos rasgos para se efetuar a instalação da rede de gás natural. -----

Referiu que a segunda questão tem a ver com uma série de cheias e inundações que ocorreram no Concelho após a existência de algumas chuvadas fortes. Disse que apesar de, num ou noutro dia, ter chovido bastante, o nível de pluviosidade não foi assim tanto para que, em determinados sítios, tivesse acontecido o caos. Salientou que tais inundações significam que alguma coisa está mal, seja na drenagem de águas pluviais, no planeamento urbanístico ou por outro motivo qualquer, questionando qual foi o resultado da análise da Câmara a essa situação e o que a mesma pensa fazer quanto a isso. -----

Mencionou que a última questão que tinha a colocar prende-se com o CHEDV, referindo já ter havido uma discussão que precedeu sobre esse assunto, mas que ainda assim queria questionar diretamente a Câmara sobre essa matéria. Nesse âmbito, disse que na sessão que esta Assembleia realizou no passado mês de abril foi discutida uma portaria, referente a uma reorganização hospitalar que previa a perda de valências do CHEDV, e que o Sr. Presidente da Câmara, na sessão seguinte, veio dizer a esta Assembleia que tinha notícias do governo de que o CHEDV não só não ia perder valências como seriam reforçadas valências.-----

Sobre isso disse que, pelo que foi tornado público, o Hospital S. Sebastião já não tem médicos suficientes para fazer face às valências existentes, comentando que não é preciso ninguém vir fazer a defesa do Hospital porque é do interesse de todos o bom funcionamento do mesmo. ----  
Concluindo a sua intervenção, questionou se as valências que o governo prometeu para o



Hospital inclui a vinda de médicos e enfermeiros, ou se não haverá pessoal para lhes fazer face, tal como acontece com outras valências existentes no hospital.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Senhor Presidente da Câmara, tendo consciência de que o Período de Antes da Ordem do Dia é manifestamente curto para esclarecer as dúvidas e para se obter resposta a todas as questões que vão surgindo nos intervalos entre Assembleias Municipais, vamos apresentar algumas questões, para as quais gostaríamos de uma resposta concreta e direta. -----

1 – Como é do conhecimento de todos, o veterinário municipal desempenha funções no edifício do antigo matadouro municipal. Ora este edifício está degradado, em ruína iminente, e não tem as mínimas condições de salubridade, servindo, por muitas vezes, de armazém, de depósito de entulho e de lixos onde, até, já se verificou a presença de ratos. -----

Recorde-se, que este espaço é frequentado por dezenas de feirenses, que ali vão acompanhados pelos seus animais de estimação, mas muitas vezes, e mais importante, acompanhados de crianças. -----

Temos conhecimento, igualmente, que pelo menos por três vezes foram vistas equipas de técnicos da Câmara Municipal a observarem as instalações existentes para, segundo referiram construir umas novas no estaleiro municipal. -----

No respeitante a este assunto, as questões que deixo são:-----

- Que conhecimento tem o Executivo deste assunto?-----
- Não existe risco para os utentes deste serviço? -----
- O que já se fez para solucionar este problema?-----
- O que se tem previsto para o resolver?-----
- Até quando vai permanecer o veterinário municipal nestas condições? -----

2 – Outro assunto que importa ver esclarecido diz respeito ao nosso Parque Escolar. Saliente-se que no referente a este objeto muito poderíamos falar e certamente teríamos diálogo por várias horas, pois é público as falhas estruturais do mesmo. Porém as questões que lhe deixo são muito específicas. -----

Tendo conhecimento de que os jardins de infância de Manhouce, em Arrifana, e do Farinheiro, em Fornos, estão nestas condições e de que há no Ministério da Educação e



Ciência cartas de professores do Concelho a denunciarem situações idênticas. -----

- Quantos edifícios escolares têm, ainda, telhados de fibrocimento com amianto? -----

- Quais são esses edifícios? -----

- Quando será resolvida esta situação? -----

3 – Extrapolando a presença de amianto no nosso Parque Escolar e relembrando que apesar da proibição na União Europeia desta substância já em 1982, em Portugal continuou a recorrer-se a placas de fibrocimento com amianto até à década de 90. -----

- Quantos edifícios municipais têm ainda amianto nas suas estruturas? -----

4 – Por fim, o último caso que gostava que fosse esclarecido diz respeito às pedreiras de Lourosa. -----

Como se sabe, as pedreiras de Lourosa foram já alvo de discussão e centro de controvérsia neste mandato. Porém com a existência de novos dados, importa esclarecer dúvidas que vão surgindo. -----

Relembre-se que, ao longo de todo o processo de requalificação, nunca foi referido que, aquando do término do referido processo, as águas provenientes dos lençóis freáticos envolventes às pedreiras teriam como utilidade apenas a rega. -----

Todavia, nos dados mais recentes é indicado que devido à presença de metais pesados, acima dos valores permitidos, leva a que a água proveniente do lençol freático que atravessa as pedreiras seja apenas útil para a rega. -----

Este facto, senhor Presidente, não dá razão à CDU que sempre afirmou que a opção que o executivo tomou para a requalificação destas pedreiras não era a mais apropriada para as características do local e da envolvente?” -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por dizer que, segundo foi conhecido no decorrer desta semana, implodiu o polo relativo ao projeto da Caixa das Artes, que iria ser construído na zona de Espargo. Referiu que já tinha implodido o polo que serviria para a apresentação dos espetáculos, optando-se pela requalificação do cineteatro António Lamoso, e que agora implodiu aquele que serviria de oficinas e residências, em detrimento de mais uma requalificação, no caso do edifício do antigo Matadouro. -----

Salientou que o PS, aquando da apresentação do projeto da Caixa das Artes, defendeu e achou que o mesmo poderia representar uma oportunidade para fazer crescer o desenvolvimento e



que traduziria uma aposta efetiva nas indústrias criativas, criando, inclusivamente, um cluster que iria proporcionar uma grande mais-valia para a economia local. -----

Lamentou a implosão dos dois polos e que não tivesse sido aproveitada a oportunidade para um maior desenvolvimento de um grande objetivo, salientando que tal representa uma falha efetiva e um prejuízo para o Concelho de Santa Maria da Feira e que, como tal, questionava ao Sr. Presidente da Câmara o que falhou neste processo. -----

-----  
Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que foram feitas algumas críticas à nova escola EB 2,3 Fernando Pessoa e que quem ouviu tais intervenções pode ficar com a ideia de que essa escola foi pensada de forma errada. -----

Referiu ter tido a oportunidade de, hoje, visitar esse edifício e que não tem dúvidas de que se trata de uma escola de eleição, que a todos deve orgulhar, com equipamentos de topo e com um conceito bastante diferente do habitual, que nada tem a ver com as escolas do passado. Sublinhou ser uma escola que serve, neste momento, cerca de 1200 alunos, que era pedida há diversos anos para substituir uma outra com bastantes problemas. -----

Disse ser verdade que existem algumas obras pendentes na envolvente, até por tratar-se de uma zona que foi totalmente reestruturada, questionando a Câmara se podia informar para quando a conclusão dessas obras pendentes. -----

Salientou que um outro assunto que queria falar prende-se com a homenagem que vai ser feita ao Sr. António Rios de Amorim, da qual teve conhecimento. Sublinhou que, tratando-se de uma pessoa reconhecida pelo homem que é, pelo empresário e pelo dirigente associativo que se constituiu no Concelho, então que o grupo municipal do PSD quer associar-se, desde já, a essa homenagem. -----

-----  
Em seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas à Câmara. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira sobre se os rasgos feitos pela Indaqua Feira estão a ser aproveitados para fazer a instalação do gás, respondeu que não estão. -----

Quanto à questão das inundações que aconteceram no Concelho disse que, estando-se no período da queda da folha, acontecem habitualmente alguns entupimentos com as primeiras

---



chuvas, ressaltando, contudo, que não aconteceram situações muito graves de inundações e que as que acontecem vão sendo resolvidas. -----

Sobre a questão da Portaria da reorganização hospitalar e de uma eventual perda de valências do Hospital S. Sebastião, recordou que o que dissera foi que o hospital não iria perder valências, informando que inclusive fez distribuir, na reunião de Câmara, uma resposta por escrito que recebeu do Sr. Secretário de Estado. Realçou que, nessa reunião, o Sr. Secretário de Estado confirmou que o hospital não ia perder valências e que iria haver um reforço de recursos humanos em algumas especialidades que estariam carenciadas. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira, nomeadamente sobre as condições em que trabalha o veterinário municipal, informou que o mesmo, para além de trabalhar numa sala existente ao lado do antigo matadouro, também tem um gabinete na Câmara, também trabalha no canil intermunicipal e ainda dá apoio ao município de Vila Nova de Gaia, dando nota que aquele município estava sem veterinário e que não sabia se, entretanto, já havia encontrado um substituto para o seu veterinário municipal. -----

Referiu que as condições não são ótimas, são as possíveis, mas que também não é uma situação demasiado má, fazendo ainda notar que o esforço que tem sido feito é no sentido de que os animais recolhidos sejam levados, tanto quanto possível, para o canil intermunicipal, em Ossela – Oliveira de Azeméis. -----

Sobre os edifícios municipais com amianto nas suas estruturas disse que, há cerca de 2 ou 3 anos, eram mais de vinte mas que atualmente são cerca de meia dúzia, mas que tinha de confirmar essa informação pois não tinha em mente qual o número exato. Informou estar a decorrer um concurso para substituir as placas de amianto nesses edifícios. -----

Em relação às pedreiras de Lourosa, lembrou que a opção tomada para aquelas pedreiras foi escolhida pelo governo e não pela Câmara Municipal, recordando que havia duas opções, uma que custava cerca de 2 milhões de euros e outra cerca de 30 milhões de euros e que, encontrando-se o País sem dinheiro, o governo naturalmente optou pela mais barata, comentando parecer-lhe que foi uma boa medida. -----

Quanto à questão da qualidade da água do lençol freático que atravessa as pedreiras disse que, de acordo com as análises que têm sido feitas, a qualidade tem vindo a melhorar, comentando ser um bom sinal que a água possa servir para a rega porque, até há pouco tempo, não podia ser usada para nada. Frisou que essa água nunca servirá para consumo humano, comentando



que o município de Santa Maria da Feira investiu muito dinheiro para ser feita a rede de abastecimento de água, precisamente para que as pessoas optem pelo abastecimento de água da companhia. -----

Sobre a afirmação da deputada municipal Margarida Gariso de que houve a implosão do Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua (CCTAR), disse que tal não corresponde à verdade, afirmando que, felizmente, a Câmara continua a apostar fortemente no cluster das indústrias criativas. -----

Lembrou que o CCTAR envolve três grandes empreitadas, o polo 1, o polo 2 e a reabilitação da Pedreira das Penas. Em relação ao polo 2, que é a requalificação do Cineteatro António Lamoso, informou que as obras estão a decorrer a todo o vapor e que prevê que o mesmo fique pronto para dezembro ou janeiro próximo, para servir a população. -----

Em relação à Pedreira das Penas, disse que esse será o espaço onde se realizarão espetáculos ao ar livre, dando nota que os trabalhos de reabilitação iniciaram-se agora. -----

Sobre o polo 1, referiu que houve uma razão muito forte para que a Câmara refletisse e decidisse pela reabilitação do edifício do antigo matadouro e pela não construção do equipamento inicialmente previsto, que importava em cerca de 3 milhões de euros, e que essa razão prende-se com a existência de espaços que se prevê que, a curto prazo, venham a pertencer ao município. -----

Salientou que as coisas evoluem e que a evolução verificada em Santa Maria da Feira, em relação a alguns equipamentos que não eram públicos e que agora são, obrigou a Câmara a fazer essa reflexão, frisando considerar que em nada fica prejudicado todo o projeto do CCTAR. Realçou, também, que a reprogramação do CCTAR foi aprovada pela CCDRN, sublinhando que tal não aconteceria caso fosse retirado o objetivo da candidatura, das valências do projeto. Disse que nada falhou, mas sim que houve foi uma reflexão aprofundada sobre a oportunidade do investimento face às nuances que estão a acontecer no Concelho, de alguns equipamentos que começam a estar disponíveis. -----

Sobre a nova escola EB 2,3 referiu que a vida autárquica tem, por vezes, momentos difíceis mas que também tem momentos de grande prazer, confessando que lhe deu uma enorme satisfação a inauguração da escola, que ocorreu hoje, porque esteve envolvido no arranque dessa obra, na altura enquanto vereador, e sabe o esforço que a Câmara fez para ter um terreno de 25 mil metros quadrados sem gastar dinheiro, o esforço que fez para ter um projeto



bem feito e o esforço envolvido para a conclusão da obra. -----

Disse que a escola está bonita, convidando a todos os que ainda não o fizeram a visitá-la, para confirmarem essa situação, ressaltando que uma coisa é falar outra coisa é ver a obra no local. Quanto à questão dos acessos exteriores, comentou que o nosso País ganhou uma cultura de dizer mal, de atirar pedras a tudo o que mexe e que isso deixa-lhe entristecido, salientando que a escola não é uma obra do Presidente da Câmara ou do empreiteiro, mas sim da comunidade, do concelho, ou seja, de todos. Referiu tratar-se de uma obra notável, que tem uma rua pavimentada com sete metros de largura, passeios com mais de dois metros de largura para as crianças, duas paragens de autocarro e estacionamento para todos os professores, ressaltando que, neste momento, estão-se a ultimar uns pequenos arranjos na parte nascente da empreitada. -----

Salientou que, para além disso, os serviços camarários estão a fazer a requalificação na estrada antiga que liga a São Miguel de Souto e que não estava prevista na empreitada da escola. -----

Concluindo, reafirmou valer a pena visitar a escola, sublinhando serem obras deste género e momentos como estes que dão a satisfação do esforço e do trabalho que é tido, todos os dias, no intuito de melhorar a vida da comunidade feirense. -----

-----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido, referindo ser sobre a pergunta que colocou à Câmara sobre o aproveitamento, ou não, dos rasgos da Indaqua Feira para colocar a rede de gás natural, à qual o Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que não. Em relação a isso, questionou a Câmara se não seria inteligente e económico fazer esse aproveitamento. -----

-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido. Salientou que o projeto da Caixa das Artes, conforme inicialmente previsto, faliu e que a Câmara optou por uma requalificação. Frisou que os objetivos iniciais não foram alcançados, que não é verdade que se consiga o mesmo resultado e que isso tem que ser assumido, questionando porque é que se investiu tanto nesse projeto. -----

Relativamente à nova Escola EB 2,3, referiu ser reconhecido por todos que se trata de um projeto meritório, ressaltando, contudo, não serem cegos nem surdos perante aquilo que pode

---



ser melhorado. Comentou que o grupo municipal do PSD manifestou concordar com isso e, como tal, disse não perceber o porquê de não terem votado favoravelmente a recomendação apresentada pelo PS, destacando que aquilo que o grupo municipal do PS pretende é que seja melhorado o que falta melhorar. -----

Foi novamente concedida a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que, em relação à questão do membro Moisés Ferreira, disse querer dar nota que, tecnicamente e pelo que sabe, não é permitido misturar, na mesma vala, as condutas da água com as do gás. Referiu que, para além disso, são empresas diferentes que têm timings diferentes, e que tal mistura colocaria problemas, por exemplo, num eventual rebentamento de uma conduta. -----

Salientou que tais entidades têm os seus planos de investimentos e que não são controláveis pela Câmara, mencionando que, por vezes, a Câmara pede à empresa instaladora da rede de gás natural para instalar, numa determinada rua que está a ser requalificada, essa rede, mas que ela não o faz a menos que a obra esteja contemplada no plano de investimentos da empresa. -----

Sobre a questão que a deputada municipal Margarida Gariso colocou sobre a Caixa das Artes, referiu que os objetivos iniciais são totalmente alcançados, desde as oficinas, as residências, enfim, que tudo é alcançado. Ressalvou que aquilo que a Câmara entendeu foi que, face aos desenvolvimentos que aconteceram no território do Concelho em relação a alguns equipamentos, era prudente evitar gastar cerca de três milhões de euros, que era o previsto, num novo equipamento quando, a muito curto prazo, a Câmara poderá aproveitar um equipamento com as mesmas áreas, ou até mais. -----

Sublinhou que, para além disso, o edifício do antigo Matadouro é emblemático para o Concelho de Santa Maria da Feira, sobressaindo que o mesmo vai ser recuperado e que ainda foi conseguido obter verba para reparar a cobertura. Referiu que não fica, de maneira alguma, comprometida a criação do cluster das indústrias criativas em Santa Maria da Feira, fazendo sobressair, quanto à programação de sala, que espera que no início do próximo ano já haja muitas novidades no Concelho. -----

Em relação à nova escola EB 2,3 disse que às vezes as pessoas querem denegrir uma obra que é boa com um pormenor que poderá estar menos bem, agradecendo a honestidade e o elogio que a deputada municipal Margarida Gariso fez ao dizer que está uma boa obra, -----





acrescentando considerar justo esse elogio para todos os que andaram a trabalhar e que contribuíram para que a mesma fosse uma realidade. -----  
-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----  
-----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

#### **1 – Ata N.º 6 – Sessão Ordinária de 27 de junho de 2014**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----  
-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor e 5 abstenções, aprovar a Ata N.º 6, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014. -----  
-----

#### **2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do IV Relatório de 2014, informação escrita dada pelo Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----  
-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----  
-----



“É público os municípios que recorreram ao FAM, nomeadamente no nosso distrito. O que não é público é que existem mais quatro municípios do nosso distrito na eminência de recorrerem a este fundo.-----

Fala-se, nos corredores da Assembleia da República e nas ruas do concelho de Santa Maria da Feira, que um dos municípios que está na eminência de recorrer a este fundo é precisamente o nosso. -----

Posto isto e analisando os dados presentes no documento fornecido pela Câmara Municipal verifica-se que as contas não corroboram os rumores. Ou seja, os dados não são representativos da realidade sentida pelos cidadãos.-----

Entendendo-se que as instituições públicas, nomeadamente a AM, não se podem guiar por rumores, quero que o executivo esclareça: -----

- Esta situação confirma-se?-----
- É verdade que nos meses que antecederam esta AM, a Câmara Municipal teve dificuldades em efetuar o pagamento dos salários aos seus funcionários? -----
- É verdade que o fundo de maneiio (ou seja, o porta-moedas) da Câmara Municipal está vazio?”-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, olhando para a tabela de obras e fornecimentos adjudicados entre 18 de junho e 15 de setembro, que consta da Informação, aparece uma adjudicação referente a licenciamento de software, no valor de 233.828,10 €. -----

Recordou que na sessão de abril último o Bloco de Esquerda trouxe a esta Assembleia uma recomendação para que a Câmara Municipal adotasse software livre, e que a mesma foi rejeitada.-----

Disse que o Bloco de Esquerda tem proposto, várias vezes, que a Câmara Municipal faça poupanças e canalize o dinheiro para apoiar famílias em emergência social, salientando, a esse respeito, que fez umas contas e que constatou que esses 233.828,10 € equivalem a 4.676 contas de luz de uma família média, a 9.000 contas de gás de uma família média e a 1.000 rendas de habitação a um preço médio.-----

Frisou, portanto, que esses cerca de 234 mil euros que a Câmara gasta em software com a Microsoft poderiam ser canalizados para apoiar famílias em emergência social, para garantir a

---



renda dessas famílias de forma transitória, para garantir o pagamento de gás, para garantir o pagamento de eletricidade, entre outros apoios, mas que em vez disso a Câmara preferiu dar esse dinheiro à Microsoft.-----

Concluindo, questionou quantos computadores é que estão abrangidos por essa licença da Microsoft, bem como se a Câmara vai insistir em não aplicar software livre nos seus computadores. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que começou por aludir à intervenção feita pelo membro Filipe Moreira para dizer, em relação à situação financeira do Município, que os números são muito esclarecedores, ressaltando que, no ano em curso, a Câmara já baixou o seu endividamento em cerca de três milhões de euros e que espera que até final do ano consiga diminuí-lo em aproximadamente cinco milhões de euros.-----

Sublinhou que uma das coisas pelo qual a Câmara se tem pautado, neste mandato, é o rigor financeiro do pagamento a tempo e horas, sublinhando ser meta da Câmara ficar abaixo dos 60 dias no pagamento aos fornecedores e que está a pagar, em média, a 45 dias, salientando esperar que a Câmara continue a seguir esse rigor. Referiu que, felizmente, não há qualquer fundamento para os rumores de que falou o membro Filipe Moreira, ressaltando que se houvesse seria o primeiro a dizê-lo porque entende que os problemas são para ser enfrentados. Fez notar que a Câmara não tem uma situação folgada e que é importante que se perceba isso, que não permite desperdiçar recursos mas que também não é sua filosofia desperdiçar recursos financeiros do Município, reafirmando que o Município tem uma situação gerível e equilibrada.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Moisés Ferreira, relativa ao licenciamento do software, disse já se ter falado muito do uso do software livre e que é do entendimento que é muito fácil opinar-se dizendo que a Câmara deve usar esse tipo de software, mas que a realidade é que a Câmara tem de ter os seus computadores a funcionar, que existem plataformas informáticas de interligação com os ministérios que exigem determinado software, comentando que também gostava muito que o software livre funcionasse para todas as situações necessárias e que a Câmara não tivesse de gastar dinheiro com as licenças de software, mas que isso não é possível.-----

Concluindo, deu nota que a Câmara tem feito algumas transições para o uso de software livre



e vai fazendo, dentro do possível, o melhor que pode nessa matéria. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a presente matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

**3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013, aludindo à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 18 de setembro de 2014 – oportunamente distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 no seu ponto 4, cumpre-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, no período de 18 de junho até à presente data.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face da informação prestada, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

*Entrou o membro Márcio Santos Correia.* -----

**4 – Derrama a cobrar no ano de 2015 -----**

**5 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI a cobrar no ano de 2015 -----**

**6 – Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS de 2015 -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado na reunião da Comissão Permanente, os submeteria a discussão conjunta e que, naturalmente, os submeteria a votação em separado. Em seguida, passou a palavra ao Sr.



Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 08 de setembro de 2014 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dar nota que iria falar essencialmente sobre as propostas feitas pela Câmara Municipal relativas à derrama e ao IMI. Aludindo à derrama, disse querer valorizar o facto de a Câmara Municipal ter levado a cabo a proposta que o Bloco de Esquerda fez nesta Assembleia, no ano passado, sobre este assunto, recordando que nessa ocasião propôs uma derrama máxima de 1,5% e uma reduzida de 1% para empresas de volume de negócios até 150 mil euros, exatamente com o argumento que era para promover o pequeno comércio e protegê-lo do saque fiscal a que o País, com o atual governo, está sujeito. -----

Nesse âmbito, fez referência à ata dessa sessão da Assembleia para recordar que o Sr. Presidente da Câmara disse, a respeito dessa proposta do Bloco de Esquerda, que era uma questão muito relativa e questionou se se devia diminuir a derrama de uma empresa unifamiliar, que havia razões que deviam ser bem ponderadas e que tal questão não estava, naquela altura, em cima da mesa. -----

Congratulou-se por essa questão ter estado, este ano, em cima da mesa e por a Câmara propor aplicar aquilo que o Bloco de Esquerda propôs no ano passado, destacando que se mais vezes a Câmara seguisse as propostas do Bloco de Esquerda, os munícipes agradeceriam. Disse que iria fazer algumas propostas alternativas à proposta da Câmara, em relação ao IMI, acreditando que, ao fazê-lo, as mesmas serão seguidas pela Câmara Municipal no próximo ano. -----

Referiu, nesse âmbito, que a Câmara propõe manter a taxa de IMI de 0,4% e que o Bloco de Esquerda defende o que já defendeu anteriormente, ou seja, a diminuição dessa taxa para o valor mínimo, de 0,3%. Salientou que muitas pessoas que compraram casa não estão, nos dias de hoje, na mesma situação financeira em que estavam na altura em que efetuaram a compra, sublinhando que aliviar os impostos dessas pessoas seria um bom princípio para a Câmara Municipal. -----



Frisou que, para além disso, houve a reavaliação das habitações o que levou a que muitas pessoas que estavam isentas de pagar IMI tenham, agora, de pagar, ressaltando que muitas dessas pessoas têm poucos ou nenhuns rendimentos e que entende ser injusto que paguem IMI a 0,4%, dizendo ser da opinião que essas pessoas deveriam pagar a taxa mínima. -----

Referiu saber, pela experiência das discussões anteriores, que o Sr. Presidente da Câmara vai dizer que a reavaliação das habitações não levou ao aumento da receita do IMI e, também, que a Câmara não pode baixar a taxa porque, ao fazê-lo, estaria a abdicar de verbas necessárias para a Câmara. Sobre o primeiro argumento, salientou que o mesmo é desmentido pelos dados, ressaltando que a Câmara tem arrecadado, ano após ano, mais um milhão de euros em IMI e que, portanto, há aí uma folga.-----

O membro Moisés Ferreira prosseguiu a sua intervenção dizendo que a proposta que o Bloco de Esquerda faz é que a Câmara, para além de baixar a taxa de IMI para 0,3%, passe também a usar as prerrogativas que existem no Código do IMI no sentido de majorar a taxa e penalizar fiscalmente as pessoas que têm casas e que não as utilizam nem as colocam no mercado de arrendamento, deixando que se degradem. Disse que, muitas vezes, são as imobiliárias ou fundos especulativos que têm as casas vazias, para fazer especulação imobiliária, ressaltando que penalizar fiscalmente essas pessoas levaria a uma arrecadação suplementar de receitas que balançaria a perda de receitas resultante da baixa do IMI.-----

Concluindo, salientou parecer-lhe bastante mais justo baixar o IMI para as pessoas que, efetivamente, têm casa e habitam nela, e aumentar os impostos para aqueles que têm as habitações vazias ou degradadas, ou que as utilizam para especulação imobiliária.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Devido à subordinação do executivo central à ofensiva do capital financeiro, nacional e internacional, vivemos, hoje, uma situação de fragilidade quase explosiva.-----

Esta fragilidade que afetou principalmente a classe dos trabalhadores, afetou também os municípios. Daí que no presente a gestão financeira assume relevância não só nos municípios que vivem períodos de desequilíbrio, mas também os que vivem com uma boa saúde financeira.-----

É assim que a intervenção deve ter uma forte preocupação no aproveitamento dos meios e

---



recursos disponíveis, quer seja pela programação cautelosa de novos investimentos ou pela eliminação de custos internos e de relação com outras entidades, quer seja pela ponderação na justa coleta de receitas próprias provenientes de taxas, tarifas e preços de serviços internos.---

Os cortes sucessivos nas receitas com origem no Orçamento de Estado, a quebra abrupta de receitas próprias com origem no urbanismo, o potencial crescimento do incumprimento de pagamento por parte de munícipes e empresas, em paralelo com o acréscimo de despesas resultantes do aumento da carga fiscal (IVA na eletricidade), dos encargos sociais (com o aumento dos encargos com a CGA progressivamente de 10 para 15, de 15 para 20 e, em 2014, para 23,75%) vêm provocando uma acentuada e repentina degradação financeira da generalidade das autarquias.-----

Queremos com isto afirmar que estamos completamente conscientes da importância que o financiamento proveniente da derrama, do IRS e do IMI representa para a saúde financeira deste e de todos os municípios. Porém, estamos também conscientes do estrangulamento, a que a classe trabalhadora portuguesa está sujeita, causado pela carga fiscal excessiva e inadmissível.-----

No respeitante à derrama, podemos constatar que o executivo acatou e introduziu, ainda que com ligeiras alterações, uma proposta apresentada pela CDU ao longo de vários anos. Que não é mais do que uma redução deste imposto para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000€.

No concernente ao IMI, entendemos que este imposto não é justo. Entendimento que julgamos consensual. Daí a nossa defesa da taxa mínima, ou seja, entendemos que os prédios urbanos avaliados pelo CIMI deveriam ser taxados a 0,3%.-----

Defendemos, ainda, e apelamos a que o executivo acate a nossa proposta, de isenção deste imposto para casais desempregados. Uma vez que existem centenas de casais no nosso município nestas circunstâncias e cujos rendimentos são muito baixos.-----

Quanto ao IRS, que é o imposto único sobre rendimentos dos agregados familiares de taxa progressiva, que apesar das distorções introduzidas quer pelo aumento da carga fiscal que tem sido imposta sobre os rendimentos do trabalho, quer pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, é suscetível de poder traduzir princípios de solidariedade e de carga fiscal, é ao contrário do IMI, um imposto mais justo. Pelo que votaremos, à semelhança da derrama, favoravelmente este ponto.”-----



Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por aludir à questão da derrama para dizer que a Câmara, com a proposta que faz, demonstra um sinal muito positivo e uma clara mudança de rumo em relação àquilo que era apanágio e postura habitual da Câmara, no que diz respeito à derrama. Referiu que o CDS-PP concorda que haja uma atenção especial para aqueles contribuintes que, no caso, representam microempresas e empresas familiares que têm um volume de negócio não muito significativo, comentando que a baixa da derrama para esses empresários é pertinente porque poderá incentivá-los a fazer outros investimentos e a potenciar outro tipo de atitudes, no intuito de melhorarem a sua condição e, nessa medida, melhorar a condição do Concelho. Frisou que o CDS-PP concorda liminarmente com a proposta da Câmara, em relação à derrama, e que a saúda. -----

Em relação ao IRS, disse que o CDS-PP não tem, também, nada a obstar quanto à proposta da Câmara, e que o mesmo se passa em relação ao IMI. -----

Sobre o IMI, disse compreender que é desse imposto que advém muita da receita da Câmara e compreender que, apesar da situação financeira da Câmara estar controlada não é, como disse o Sr. Presidente da Câmara, desafogada, e que, em função disso, aceita que a Câmara mantenha as taxas do ano transato, fazendo sobressair que a taxa de IMI não está no valor máximo, mas sim num valor intermédio. -----

Concluindo a sua intervenção, deixou o repto à Câmara para que, ficando a situação financeira mais desafogada, a mesma possa rever a situação e alterar a sua postura em relação aos impostos. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A deliberação que esta Assembleia irá realizar, não pode ser descontextualizada do cenário que a envolve, porque incide sobre mais de 150 mil pessoas e milhares de instituições privadas, todas em diversas circunstâncias socioeconómicas, e tremendamente sensíveis a quaisquer alterações no seu dia a dia. As decisões que este órgão toma afetam este ecossistema de indivíduos, podendo fomentar ou destruir as múltiplas relações que se estabelecem entre si. -----

Por outro lado, continuámos a viver num concelho que é o reflexo do País. Note-se:-----  
- a taxa de desemprego continua a superar os dois dígitos -----





- a economia mantém-se estagnada, ao que não é alheia a destruição líquida de pessoas coletivas desde o princípio do ano-----
- o poder de compra é inferior em cerca de 15% face à média nacional, o que nos permite relembrar que em Santa Maria da Feira se praticam impostos elevados para contribuintes com rendimentos relativamente baixos -----
- e continuámos a ser dizimados por elevadas taxas municipais, aplicadas em serviços essenciais à população. -----

Não encaramos do mesmo modo que o Executivo Permanente a manutenção das taxas de IMI e de comparticipação no IRS. O argumento de que necessitam da manutenção das receitas para manter a atividade corrente em normalidade, leva-nos a questionar como e porquê outras câmaras municipais no nosso distrito e no restante país, conseguem reduzi-las e não terem sobressaltos. Recordamos que no ano de 2014, 76 municípios devolveram uma parte do IRS aos seus munícipes, 63 municípios reduziram as taxas de IMI e, no nosso distrito, praticamos uma taxa de IMI e comparticipação no IRS, superiores à média.-----

Serão estes exemplos estranhos casos de governação no poder local? Pelo que consta, nenhum deles se viu forçado a recorrer a um programa de ajuda governamental. A resposta não se pode basear num mero “lavar das mãos” como se a maioria dos intervenientes não tivesse tido nada que ver com os 12 anos de gestão anterior. Portanto, a menos que sejamos um caso de estudo pelos piores motivos, somos forçados a considerar que o Executivo não fez, nem faz, tudo o que está ao seu alcance para reduzir as despesas verdadeiramente supérfluas e se encontra provavelmente a preparar uma redução de impostos em ano de eleições, por conta dos sacrifícios atuais dos feirenses.-----

Também repudiámos o argumento de que se está a poupar os bolsos dos feirenses, porque até se poderia ir mais além em sede de IMI, isto é, aumentar a taxa para 0,5%. Como é óbvio, este argumento não colhe, porque se aplicarmos o raciocínio exatamente inverso, aqueles que eram os generosos passam a ser os forretas, visto que até cobram mais 0,1% do que a taxa mínima, isto é, 20 € a cada feirense! -----

Tal como temos vindo a defender desde o início do mandato, a redução da taxa de IMI e de comparticipação no IRS é uma necessidade, pelo que votaremos contra a proposta apresentada. -----

Relativamente à Derrama, acompanhamos a proposta, uma vez que sempre defendemos que é



importante tratar de forma diferente aquilo que é diferente e, no nosso município, existem vários indicadores que nos transmitem essa ideia, nomeadamente o índice de concentração do VAB (Valor Acrescentado Bruto) e Volume de Negócios nas maiores empresas.” -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Marisela Maio** (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Derrama, IMI e IRS, como é do vosso conhecimento fazem parte das receitas das autarquias como é mencionado na Lei n.º 73/2013, no art.º 14. -----

Em relação à Derrama, a autarquia propõe: -----

1. Fixar a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre as pessoas coletivas; -----
2. Fixar uma taxa reduzida da derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 €. Esta alteração implica uma redução de 33% da taxa tendo um peso significativo para as pequenas empresas. -----

Com esta medida pretendemos incentivar a criação de novas empresas, o aumento da criação emprego, o aumento da procura de bens e serviços. Pretendemos dinamizar o comércio do nosso concelho de Santa Maria Feira. -----

IMI -----

Representa a principal receita da autarquia, é um imposto sobre os bens imóveis. -----

Propõe-se uma taxa de 0,8% a qual não pode reduzir porque é fixado por lei para os prédios rústicos e para os prédios urbanos uma taxa de 0,4%. -----

Relativamente à taxa de IMI fixada nos prédios urbanos, 0,4%, é de realçar que o limite máximo desta taxa é de 0,5%. Assim a autarquia com esta proposta mantém-se abaixo 20% em relação à taxa máxima. -----

O município abdica de uma receita potencial de mais de 3 milhões de euros. -----

IRS -----

Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

A proposta da autarquia é de manter a mesma taxa de IRS, ou seja, de 5%. -----

Em suma: -----



A autarquia propôs-se abdicar de uma parte das receitas em favor das famílias e dinamização económica do concelho.-----

Na prática, é com o valor arrecadado nas receitas que as câmaras municipais conseguem cumprir as suas obrigações, promover a educação, as despesas correntes com os centros de saúde, promover o funcionamento dos programas municipais de cuidados de saúde continuados e apoio ao domicílio, que cada vez mais são necessários principalmente à terceira idade, que necessitam cuidados especiais, comparticipações nos custos de transporte dos doentes, promover programas de ação social de âmbito municipal no domínio do combate à toxicodependência e da inclusão social, apoiar todas as nossas associações, melhoramento da via pública, entre outras. -----

A proposta de redução das taxas pelo município implicaria uma forte perda da receita e impediria à autarquia fazer obras e investimentos necessários ao bem-estar da nossa população.”-----

Em seguida, foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que começou por registar as opiniões positivas que foram dadas em relação à derrama, dizendo não ser surpreendente porque toda a gente gosta de baixar impostos e a Câmara também, ressaltando, contudo, que a Câmara tem de governar o Município e tem que ter receitas para o fazer, sublinhando que a receita dos impostos é importante nesse contexto. -----

Em relação à intervenção efetuada pelo membro Moisés Ferreira, realçou que o mesmo fez as perguntas e deu as respostas que ele – Presidente da Câmara – iria dar, pelo que entendia não valer a pena estar a esclarecê-lo. -----

Quanto à intervenção do membro Filipe Moreira, salientou que o mesmo fez uma análise correta do que se passa ao nível da Administração Central, sublinhando que, de facto, o Estado Central tem vindo, ao longo dos anos, a diminuir as transferências para os municípios e a cortar algumas taxas e tributações que eram dos municípios, dizendo ser do entendimento que muita da asfixia financeira de alguns municípios resulta desse corte que vem acontecendo há sucessivos governos, e que acha isso lamentável. -----

Salientou ser um acérrimo defensor do poder local e que entende que o poder local devia ter mais receitas provenientes do Orçamento de Estado, ressaltando que Portugal, a par da Grécia, é dos países da Europa cujas receitas transferidas para as autarquias é em menor



*M*  
*(+)*

percentagem. Referiu, como exemplo, que nos países nórdicos as transferências para os municípios são superiores a 50% e que, em Portugal, anda na casa dos 12%, realçando entender que todos devem lutar pelo aumento das transferências para as autarquias locais. -----  
Agradeceu o sinal positivo dado pelo membro Válder Amorim e pela concordância dada às propostas feitas pela Câmara, em relação às matérias em causa. -----

Sobre a intervenção do membro Daniel Gomes, deu nota que a Câmara tem vindo a fazer uma política de incentivos ao investimento e ao desenvolvimento económico com o objetivo de criar emprego, ressaltando que uma das coisas que fez foi, através da Via Verde Empresas, isentar de taxas urbanísticas algumas empresas e armazéns que não estavam legalizadas, para se legalizarem e, desse modo, poderem recorrer ao financiamento bancário. Realçou que esses impostos municipais também são significativos e que a Câmara deixou de ter essa receita. -----  
Referiu ser com muito orgulho que pode dizer que a Câmara tem apostado fortemente no desenvolvimento económico do Concelho, na criação de emprego, destacando que em 2013 o Concelho tinha uma taxa de desemprego de 15,2% e que, neste momento, situa-se nos 12,02%, comentando que espera que, no próximo ano, tal taxa decresça para um valor inferior aos 10%. -----

Sublinhando o mérito das empresas do Concelho, ressaltou que a Câmara tem desenvolvido muito trabalho nesse âmbito, destacando que a Câmara tem mostrado caminhos e angariado mercados, tem ajudado os empresários de Santa Maria da Feira a perceber o que é o Mundo, frisando ser com muita satisfação que vê que os resultados estão a acontecer no concelho de Santa Maria da Feira. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por destacar que os argumentos aduzidos para votar contra a redução do IRS e do IMI são exatamente os mesmos que o grupo municipal do PS usa usamos para propor a redução dessas taxas. Referiu que o próprio Conselho Económico e Social anda, desde que este governo é governo, a proclamar a baixa de impostos para promover a economia, para promover o emprego, para ajudar as famílias, para promover o desenvolvimento social. -----

Quanto ao argumento de que esse dinheiro faz falta para implementar novos investimentos e apoiar os mais pobres, referiu que a política social que a Câmara quer é mais assistencialista enquanto o grupo municipal do PS entende que deve ser mais solidária, fazendo sobressair



que ajudar as pessoas e as famílias não é só dar o pão quando lhes falta, é também não deixá-las cair na falta de pão, é também fazer com que a situação delas não seja tão precária, é não permitir o engrossar do pelotão dos mais pobres. -----

Referiu, sobre o IMI, que tendo em conta os 19 concelhos do distrito de Aveiro, o valor médio praticado está abaixo dos 0,4%, salientando que 8 praticam os valores mínimos, de 0,3%. A propósito desses municípios que praticam a taxa mínima, salientou que são cumpridores nos prazos, que fazem os seus investimentos e desenvolvem a sua política social e, contudo, conseguem ajudar as suas famílias e as suas empresas através da maior possibilidade que as pessoas têm de ter dinheiro para comprar, para investir, e, dessa forma, dinamizar o comércio e a economia local.-----

Relativamente ao IRS, disse que da informação recolhida no Portal das Finanças, 6 municípios do distrito de Aveiro, dos 12 que constam nesse portal, praticam uma taxa abaixo dos 5%. -----

Frisou que tais dados fazem cair por terra os argumentos e o entendimento da Câmara Municipal de que aplicar as taxas que propõe é uma forma de promover outras políticas sociais quando, na verdade, uma das melhores formas de prevenir problemas sociais, de ajudar a economia e as famílias, é não deixá-las cair na maior dificuldade, sublinhando que o certo é que os impostos que estão a ser cobrados aos cidadãos tiveram, como disse o antigo ministro Vítor Gaspar, aumentos colossais que estão a atrofiar o desenvolvimento. -----

-----  
*O Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra apenas para fazer um breve comentário sobre os aumentos colossais e a situação de grande carga de impostos que o País atravessa, dizendo ser do conhecimento de todos quem são os culpados por essa situação e que, portanto, entendia não valer a pena estar a escarpelizar essa matéria. -----

-----  
O membro *Daniel Gomes* (PS) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Referiu que também se espera, de uma Câmara Municipal, que ajude os seus munícipes, salientando que quando se reduzem as taxas municipais aumenta-se o rendimento disponível das famílias que, depois, vão reinvestir na economia local, levando ao aumento da receita dos impostos municipais, frisando não ser ele quem o diz, mas sim vários economistas a nível mundial. -----  
Concluindo, sublinhou que o que se espera das autarquias locais e dos governos é que

---



auxiliem nos momentos de recessão e que efetuem os seus investimentos nos momentos de expansão, fazendo sobressair que o momento atual é de queda, e não de expansão. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, a propósito da afirmação do membro Daniel Gomes de que se espera de uma Câmara que ajude os seus munícipes, referir achar pertinente destacar o que tem feito a Câmara Municipal para ajudar os seus munícipes.-- Nessa medida, informou que a Câmara proporciona educação porque entende que uma comunidade com um bom nível de educação é um fator de competitividade, bem como procura apoiar as empresas na criação de emprego porque entende que a melhor forma de ajudar as pessoas e as famílias é por proporcionar-lhes condições de empregabilidade, para que possam ter um salário e levar as suas vidas como bem entenderem. Referiu ser esse o apoio que entende que uma Câmara deve dar, através de políticas corretas e adequadas. ----- Quanto à questão sobre auxiliar nos momentos da recessão, disse ser uma velha questão, ressaltando recordar-se de um recente primeiro-ministro que, num momento de recessão, começou a construir autoestradas, escolas, e outras coisas.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter, separadamente, os assuntos a votação:-----

*Derrama a cobrar no ano de 2015*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a Câmara Municipal a lançar uma Derrama, a cobrar no ano de 2015, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.---- Deliberou também autorizar a Câmara a fixar uma taxa reduzida de derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €. -----

*Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI a cobrar no ano de 2015*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, Ind.), 16 votos contra (PS: 14, BE, CDU) e 4 abstenções (PS – Rui Rios, Liliana Couto, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira) fixar, sob proposta da Câmara, em 0,4% a taxa de



IMI a aplicar aos prédios urbanos.-----

*Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS de 2015*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, CDU, Ind.), 14 votos contra (PS) e 5 abstenções (BE, PS: 4 – Rui Rios, Liliana Couto, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), autorizar a Câmara Municipal a fixar uma participação de 5% sobre o IRS de 2015 dos sujeitos passivos com domínio fiscal na sua circunscrição territorial.-----

Usou da palavra o membro **Moisés Ferreira** (BE) para fazer a seguinte declaração de voto:----

“O Bloco de Esquerda votou contra a proposta do IMI da Câmara, a fixação da taxa em 0,4%. Só para explicar o porquê. Porque na discussão que tivemos entretanto, a discussão foi muito entre apenas colocar a taxa a 0,4% ou 0,3%, e o Bloco de Esquerda creio que terá aqui trazido uma solução melhor que todas essas e que não foi aqui devidamente discutida, que era a de reduzir para 0,3% mas compensar com majorações e penalizações fiscais para quem tenha imóveis e casas devolutas ou degradadas.-----

No exemplo aqui trazido, um imóvel de 70 mil euros, a 0,4% de IMI, custa 280 € o IMI, a 0,3%, custa 210 €. É uma diferença de 70 euros, faz sentido.-----

E não fará sentido também, por exemplo, imaginemos um empreiteiro que constrói um prédio inteiro e tem 20 frações e que está à espera que o mercado recupere e, portanto, não coloca nenhuma no arrendamento, está à espera mais um ou dois anos para poder vender mais caro. Não faz sentido penalizá-lo fiscalmente e, portanto, que ele pague um IMI bastante mais elevado?-----

A mesma coisa sobre quem não usa as casas que são delas e não as coloca a arrendamento. ----

Um mecanismo compensaria o outro.”-----

#### **7 – Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----



Por pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, *Gil Ferreira*, explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de setembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP), que começou por realçar que o CDS-PP considera que as associações são de extrema relevância para o concelho, que desempenham um papel social muito significativo e que desenvolvem um conjunto de atividades muito numerosas e que, portanto, transportam uma imagem bastante pró-ativa, mesmo para fora do Concelho, o que é muito positivo e salutar. -----

Frisou que o CDS-PP também considera que a subsidi dependência tem que terminar e, como tal, concorda que tais programas, de incentivo a novos projetos, são necessários porque traduzem esse mecanismo que as associações devem promover, que é desenvolver ainda um maior número de atividades, serem ainda mais pró-ativas e, desse modo, melhorarem não só as suas condições como, inclusivamente, a imagem das próprias associações e, conseqüentemente, do próprio Concelho. Sublinhou que, por isso, lhe apraz registar tal tipo de programas.-----

Em relação ao documento em discussão referiu que se as associações, que são os maiores interessados, não acharam que houvesse necessidade de alterar ou de acrescentar algo, então que isso é positivo, ressaltando contudo que aprimoramentos devem ser sempre incentivados. - Concluindo a sua intervenção, disse que com tal instrumento as associações vão melhorar as suas condições bem como aquilo que têm para transportar para a comunidade feirense, sublinhando que tal tipo de programas devem continuar a acontecer. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Saudámos o executivo por este documento uma vez que é a primeira vez que existe algo idêntico e pelo facto de ser pedido às associações o plano anual, algo com que concordámos.-- No entanto, não nos é possível o voto favorável, dado que a alínea a) do ponto 2 do artigo 8.º na segunda seção, que passo a citar:-----

“A atribuição dos apoios previstos no presente Regulamento está sujeita ao preenchimento das





seguintes condições: a) O apoio a atribuir será sempre uma contrapartida à prossecução do interesse público que se visa atingir com a atividade cultural e criativa.”-----  
É-nos difícil entender, de acordo com este programa, o que é interesse público. Quem é que vai decidir o que é interesse público? A Câmara Municipal? O júri? As associações? -----  
Neste sentido, este programa poderá dar aso a que ocorra discriminação voluntária de alguns projetos em detrimento de outros com menos interesse ou interesses para o decisor. -----  
Outro aspeto que destacámos, pela negativa, é a inexistência de referência às ONG (por exemplo relacionadas com o ambiente) ou organizações de cariz social (não enquadráveis nos âmbitos enunciados).”-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Partido Socialista, no passado como no presente, na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal, considera que:-----

1. O movimento associativo carrega consigo importância relevante no que se refere à capacidade de espelhar um grande e diverso conjunto e expressões partilhadas.-----
2. O movimento associativo configura e constitui um espaço de intervenção e participação social com óbvios reflexos na sociedade em geral e na transformação das comunidades. -----
3. O concelho de Santa Maria da Feira, caracteriza-se por poder ostentar um associativismo muito expressivo e dinâmico, o que constitui fator relevante e importante no nosso desenvolvimento e identidade. -----
4. O apoio e colaboração com as diversas Associações locais deveriam respeitar regras de transparência, equidade e verdade com base em critérios claros e objetivos, defendendo o mérito, o pagamento a tempo e horas dos compromissos assumidos e a indispensável autonomia das próprias instituições, com base numa assunção mútua de responsabilidades contratualizadas, permitindo assim e assim legitimando, verdadeiros parceiros com resultados antecipadamente profícuos. -----
5. É neste contexto de reciprocidade, de potenciação de espaços de participação e eixos de intervenção, de valoração do exercício criativo de competências, de atitudes ativas e interventivas, de serviços de qualidade crescente à comunidade, que devem inserir-se os incentivos ao associativismo, tendo presentes regras essenciais e os recursos disponíveis para



a concretização de objetivos estratégicos. -----

6. É também nesse contexto que o PS, no último mandato, apresentou uma proposta de regulamento, que foi rejeitada e na qual eram definidos e constavam expressamente critérios claros e objetivos de apoio ao associativismo cultural nas suas diferentes áreas/vertentes. Isto é: -----

A. Apoio a Atividades Regulares, -----

B. Apoio ao Investimento, -----

C. Apoio a Atividades Pontuais, -----

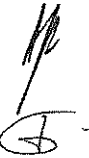
D. Apoio Logístico. -----

7. O PS rejeita a ideia de apenas serem apoiados os “projetos culturais” onde tais dimensões de intervenção e de expressão não estão contempladas, acabando por apenas servir para atribuir apoios, como já acontece hoje, a «meia dúzia» de Associações Culturais que são as que à partida, dispõem de melhores condições técnicas e organizacionais para se candidatarem a este “programa de apoio a projetos culturais”. Com esta política de apoios, a Câmara Municipal está a condenar as restantes dezenas de associações à sua extinção ou a viver na órbita e dependência das primeiras. Um facto incontornável, revelador disto mesmo é o que está referido no art.º 2.º, alínea i), onde se afirma claramente que, e passo a citar “Os apoios a conceder privilegiarão as associações culturais que demonstrem – através de documentação previsional e analítica – capacidade de programação e planeamento das suas atividades culturais...” -----

8. De acordo com os princípios e valores supracitados e que correspondem à matriz ideológica do PS, entendemos que a proposta apresentada pelo executivo municipal, é antes de mais, limitadora, redutora e restritiva, porquanto só apoia “Projetos Culturais”, descurando completamente as referidas vertentes associadas aos apoios às atividades regulares, ao investimento, apoio logístico e às atividades pontuais de todas as Associações do Concelho. ---

9. Apesar de ter havido melhoria da proposta de regulamento através da incorporação de duas das seis propostas apresentadas pelos Vereadores do PS, não houve alteração da filosofia subjacente à proposta aprovada. O que significa que ficam excluídas de apoios municipais a esmagadora maioria das associações do concelho, que levam a cabo o meritório trabalho que desenvolvem em prol da coletividade. -----

10. Todas as razões enumeradas e explicadas no precedente são, para nós mais do que -----



suficientes para não concordarmos com a natureza conceptual do programa apresentado pelo seu carácter manifestamente insuficiente e redutor em virtude daquilo que representa o tecido associativo do Concelho de Santa Maria da Feira e o que o Partido Socialista defende. Por isso, o Grupo Municipal do PS votará contra a Proposta de Regulamento do Programa de Apoio aos Projetos Culturais.” -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o Bloco de Esquerda sempre defendeu que deveriam existir critérios e regras claras para a atribuição de apoios ou de subsídios às associações do concelho, ainda mais tendo em conta a densidade do tecido associativo e a importância que o mesmo tem no panorama concelhio, e também porque, nos últimos anos, se tem ressentido da falta de apoios por parte da Câmara Municipal. Frisou que essa posição é mais do que conhecida e que consta dos programas eleitorais do Bloco de Esquerda e que, inclusive, já foi falada nesta Assembleia. -----

Referiu que o Bloco de Esquerda sempre defendeu que esses apoios deveriam ter em conta o plano de atividades de cada associação, salientando que se uma associação tem um plano de atividades social, com cariz de interesse público, então que deve ter o apoio necessário para a realização desse plano, mas que uma associação que se intitule recreativa ou cultural e cujo plano de atividades se restringe a ter o café aberto numa sede, não terá necessidade de qualquer apoio. -----

Salientou, contudo, que num estudo mais detalhado do regulamento proposto, parece-lhe que o mesmo coloca algumas dificuldades como, por exemplo, os processos excessivamente burocratizados que coloca às associações. Salientou que essa burocratização pode penalizar as associações que não tenham propriamente estruturas profissionais, sublinhando que a maior parte delas são amadoras mas que deixam de poder ter um bom plano de atividades, que mereça ser apoiado. -----

Disse que tal situação lhe faz lembrar as candidaturas que existem, por exemplo, aos programas de apoio do QREN, ressaltando que geralmente são tão burocratizados que só os profissionais conseguem aceder a tais fundos. Realçou que, por outro lado, existem instituições que até mereceriam ser apoiadas, pelos projetos que desenvolvem, mas que não conseguem aceder a esses fundos porque não têm um facilitador que lhes abra as portas a esses apoios. -----

---



Frisou parecer-lhe que o regulamento proposto pela Câmara pode criar, também, essa dificuldade que recai, essencialmente, sobre as pequenas associações. -----

Referiu que, além disso, entende que o regulamento está muito equilibrado para a ideia do projeto temporário, de alguns dias, e não propriamente para o plano de atividades, que é para o ano inteiro, destacando que embora possa chamar menos as atenções, a ideia do plano de atividades é mais meritória porque envolve mais pessoas, envolve mais a freguesia e o concelho. -----

Concluindo, e independentemente do período de discussão pública, questionou à Câmara o que foi discutido com as associações e com a Federação de Coletividades, sublinhando que gostava de saber o que as mesmas disseram sobre os procedimentos e a carga burocrática que é proposta no regulamento. -----

Interveio a deputada municipal *Adriana Cardoso* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O projeto de Regulamento que está em aprovação é a demonstração clara e inequívoca da intenção desta Câmara de reforçar o envolvimento do movimento associativo na execução das políticas culturais, disponibilizando o acesso a um instrumento de apoio às atividades e projetos culturais. -----

Trata-se de um instrumento que financia o mérito, promove a organização colaborativa e em rede de projetos e estimula a programação planeada, assente em políticas de sustentabilidade, em linha com as boas práticas de gestão universais e com os novos tempos e paradigmas em que vivemos hoje. -----

Destina-se a apoiar atividades diversas, criações artísticas, festivais, recriações históricas, exposições, workshops, formações e serviços educativos em áreas de índole cultural variada, desde o teatro, a dança e a música, a etnografia, o folclore e o artesanato até às artes plásticas, a pintura, a literatura, a multimédia, o cinema, o vídeo e a fotografia e até mesmo a edição e a publicação de livros e suportes digitais, harmonizando o acesso a esse apoio de forma objetiva e transparente. -----

Constitui-se, assim, uma ferramenta para o desenvolvimento cultural e criativo da região, valorizando os projetos que expressam ligação ao território (como sejam a recolha de etnografia), que exploram a história local e potenciam a identidade cultural do território, mas



também projetos que cruzem as artes tradicionais com as contemporâneas, com o objetivo final de potenciar o Turismo, a criação de valor e o desenvolvimento social e económico do Concelho.-----

Está direcionado para aquelas que são as necessidades reais do município, valorizando a descentralização dos projetos no território (evitando que tudo se concentre na cidade de Santa Maria da Feira) e o intercâmbio cultural.-----

Assenta no planeamento estruturado de projetos, de forma a permitir a integração destes na programação cultural regular do Concelho, numa lógica de participação, a única capaz de assegurar uma gestão sustentável, responsável e equilibrada no longo prazo.-----

Estamos perante um Regulamento de um Programa de Apoio a Projetos Culturais que é o produto de um processo iniciado em finais de 2013 em estreita colaboração e comunicação com as associações culturais do concelho.-----

Recorde-se que este processo foi iniciado após uma reunião com os dirigentes associativos em novembro de 2013, que contou com um envolvimento significativo de dirigentes, para conhecimento de políticas culturais para o quadriénio de 2013 a 2017 – numa demonstração clara de respeito por estes agentes do território e de manifesta intenção de envolvimento.-----

Após a elaboração da primeira versão do programa, a proposta foi enviada – no início de julho – a todas as associações culturais concelhias (a 142 associações para ser mais precisa) para recolha de contributos e propostas alternativas.-----

Foi também previamente partilhada com o Partido Socialista com vista a recolher os respetivos contributos, antes da submissão da proposta à reunião de Câmara de 28 de julho, tendo sido integradas as únicas duas sugestões apresentadas pelo Partido Socialista.-----

Seguiu-se depois a respetiva publicação em Diário da República para apreciação pública entre 1 de agosto e 15 de setembro – período durante o qual a Câmara não recebeu qualquer observação, contributo ou reclamação de parte de nenhuma das associações, partido ou membro da sociedade civil, pelo que concluímos pela existência de uma alargada concordância à volta deste projeto.-----

Trata-se, portanto, de um regulamento desenvolvido na perspetiva da valorização do movimento associativo, envolvendo-o desde o início no projeto.-----

A intenção da valorização do movimento associativo faz, de resto, parte da agenda política desta Câmara, como fica comprovado na prioridade da sua execução, e é complementado por



um plano de formação que tem como objetivo desenvolver competências adicionais e capacitar cada vez mais este tecido (trago comigo um folheto de divulgação de ações de formação dirigidas ao associativismo que irão decorrer nos próximos meses, e sabemos que já estão planeadas ações de formação para 2015, 2016 e 2017 porque, mais uma vez, o associativismo está, como sempre esteve, na agenda desta Câmara). -----

E para aqueles que o acusam de redutor, podemos dizer ainda que o programa amplia em muito os domínios de apoio, ao apoiar novas áreas culturais como: as artes plásticas e visuais; a pesquisa, a investigação, a edição, a documentação e o arquivo, o cinema e o audiovisual (que não estavam antes abrangidas por este tipo de apoios), além das áreas do teatro, da música, da dança, da etnografia, folclore e artesanato. -----

Por entender que este Programa de Apoio se constitui como uma importante ferramenta para o desenvolvimento cultural e criativo do movimento associativo de Santa Maria da Feira e que este documento permite a regulação destes apoios de forma transparente, objetiva e justa, o Grupo Municipal do PSD irá certamente votar favoravelmente esta Proposta de Regulamento.” -----

-----  
Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, *Gil Ferreira*, que começou por congratular-se com algumas das intervenções que foram feitas, destacando a do membro Válder Amorim para realçar que quando se observa a política e não a origem partidária faz-se uma análise justa e transparente. - Em relação à questão colocada pelo membro Filipe Moreira, a propósito do art.º 8, n.º 2, alínea a), disse que o interesse público é, efetivamente, o ideário estatutário das associações que se dedicam servir as comunidades nas quais estão integradas, sublinhando que, como foi dito pelo membro Filipe Moreira, há que diferenciar as atividades de interesse público e aquelas que não têm reflexo para a sua comunidade e, por conseguinte, não são de interesse público. -----

Nesse âmbito, esclareceu que quem define o interesse público é, efetivamente, um júri multidisciplinar, plural e eminentemente técnico, que avalia o teor das propostas. -----

Destacou que em discussão está um instrumento que apela à participação e integra, na execução das políticas públicas, o movimento associativo, realçando ser um instrumento que tem particular enfoque no planeamento, no rigor, na igualdade no acesso, na capacitação

---



permanente, na colaboração e na rede da massa humana que se entrega, de forma altruísta, ao serviço da comunidade. -----

Sublinhou que, na realidade, o que esteve sempre em discussão foi uma política com a qual as associações manifestaram total concordância, como é verificável pela ausência de qualquer comentário ou apreciação no período de discussão pública.-----

Nesse âmbito, e dado que as associações, como principal massa interessada neste programa, não lhe apontaram nenhuma observação, questionou porque se haveria de estar, agora, a encontrar argumentos para discutir algo que, efetivamente, não tem razão de ser discutido.-----

Frisou que em discussão poderá estar, eventualmente, a forma e não o conteúdo, sublinhando que o conteúdo é uma política estratégica de envolvimento, de integração, de planeamento, de alinhamento com as boas práticas para a governança, europeias, nacionais e regionais, fazendo sobressair que, em bom rigor e com uma análise racional, nenhuma associação tem a sua atividade em causa. -----

A esse propósito, questionou como é que as associações, por passarem a ter um instrumento de desenvolvimento e de capacitação, vão deixar de existir, se até à data elas não recebiam qualquer apoio e não deixaram de existir. Pediu que lhe explicassem racionalmente essa afirmação que, no seu entendimento, não fazia qualquer sentido. -----

Em relação à preocupação expressa pelo membro Moisés Ferreira, disse ser uma preocupação muito legítima, dizendo querer clarificar que o Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus tem um gabinete de apoio à cultura e à criatividade no domínio associativo e que esse está disponível para assessorar e para clarificar qualquer ponto, a qualquer instituição associativa que necessite desse apoio. -----

Informou que, para além disso, está a ser produzido um tutorial detalhado com as instruções para a formalização da candidatura e que a Câmara vai proceder a formações, no sentido de capacitar e de clarificar as associações de como podem utilizar este instrumento em favor dos seus projetos.-----

Recordando que um plano de atividades é um projeto, deu nota que, em cada formulário, as associações podem apresentar 12 projetos mas que isso não obsta a que uma associação que tenha uma atividade mais vasta preencha mais do que um formulário e, assim, submeta mais projetos a candidatura. Sublinhou que esses projetos podem ser pontuais, tais como um ciclo de jaz, um ciclo de artes plásticas, um festival de folclore, ou podem ser, por exemplo, uma



atividade formativa que compreenda um período mais vasto de tempo, como um ano letivo ou um ano civil. -----

Concluindo, o vereador Gil Ferreira referiu que todas essas questões estão salvaguardadas e consignadas no documento, reafirmando tratar-se de um documento estratégico, político, de apoio inclusivo e que se assume como tal, e com o qual as associações se identificam tal como se pode depreender face ao facto de não ter existido, durante o período de apreciação pública, qualquer observação ao mesmo. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido. Referiu, em primeiro lugar, que contrariamente ao que foi dito, o Partido Socialista apresentou seis propostas de alteração, sublinhando que isso consta dos documentos camarários. Disse ser do entendimento que a política é algo nobre e que, como nobre que é, é enriquecida através das diferentes alternativas apresentadas por cada um dos partidos, de acordo com os seus ideários, realçando que o PSD tem toda a legitimidade para apresentar as suas propostas mas que o Partido Socialista, e os restantes partidos, também têm essa legitimidade. -----

Em relação à proposta da Câmara salientou que, efetivamente, existem questões de fundo que dividem a Câmara daquilo que é defendido pelo Partido Socialista, afirmando que o Partido Socialista defende o mérito mas defende, também, que haja condições para que se integre e se faça crescer as associações que têm menos capacidade. Referiu que toda a tecnicidade exigida na apresentação dos projetos quase que implica às associações terem uma estrutura organizacional e profissional, desde logo na capacitação de programação analítica e previsional, destacando que a maior parte das associações não têm essa estrutura. Frisou ser certo que as associações poderão não se extinguir no imediato mas que, com o passar do tempo e pela razão que explicou, poder-se-ão extinguir ou, então, fundir nas tais órbitas das grandes associações. -----

Salientou que, por outro lado, é sabido que a discussão pública decorreu nos meses de verão, focando que nessa altura as associações se encontravam bastante ocupadas a trabalhar, nomeadamente, nalguns projetos da Viagem Medieval. -----

Disse ainda que, além disso, as associações muitas vezes temem manifestar-se com o receio de saírem prejudicadas por isso, dizendo que isso já é uma coisa cultural porque a cultura do





povo português não é muito rica em termos participativos. Ressaltou, contudo, que com tal afirmação não estava a querer dizer que, no trabalho que o Partido Socialista tem desenvolvido junto das associações, tal preocupação lhe tenha sido transmitida. -----

Concluindo a sua intervenção reafirmou que, no que ao apoio às associações diz respeito, o grupo municipal do PS tem uma filosofia divergente da defendida pela Câmara porque entende que as associações devem ser apoiadas nas suas atividades regulares de investimento, com apoio pontual e também logístico, e não da forma que a Câmara preconiza através da proposta que submeteu à Assembleia Municipal. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por salientar que o regulamento em discussão traduz uma opção política do executivo municipal, dizendo querer clarificar que, para a Câmara, todas as associações são importantes. -----

Referiu que a Câmara entendeu que as associações estão em condições para um upgrade, para dar um salto qualitativo e que, nessa medida, o grau de exigência vai ser diferente. Frisou que os anteriores executivos apoiaram as associações ao longo dos anos e que, hoje, não há praticamente nenhuma associação do município que não tenha uma boa sede, que não tenha condições para desenvolver a sua atividade regular, salientando que muitas têm um pequeno bar para angariar fundos bem como participam em vários eventos culturais para angariação de fundos. Ressaltou que, em muitas freguesias, são desenvolvidas atividades para angariação de fundos para o movimento associativo. -----

Reafirmou que a maioria das associações estão preparadas para dar esse salto qualitativo, realçando, quanto àquelas associações que existem para que as pessoas se juntem para se divertirem, para jogarem cartas ou matraquilhos, que essas, naturalmente, não precisam de apoio da Câmara Municipal. -----

Em relação à questão da discussão pública ter decorrido nos meses de verão, disse não achar correto dizer-se isso, salientando que o regulamento que agora é submetido à Assembleia Municipal decorre de quase um ano de trabalho do Sr. Vereador, que reuniu variadíssimas vezes com as associações, frisando que os ajustamentos foram feitos nessas reuniões. -----

Sublinhou que a discussão pública é um pró-forma que a lei exige, comentando, ainda assim, que mal estaria uma Câmara se tivesse de fechar nos meses de verão, por ser período de férias, e não poder trabalhar nesse período. -----

---



Recordando que a deputada municipal Margarida Gariso apresentou, no anterior mandato e na qualidade de vereadora da Câmara, uma proposta de regulamento no âmbito do assunto, sublinhou, contudo, que essa situação nada tem a ver com o facto de a Câmara ter elaborado o regulamento que, agora, submete à Assembleia Municipal, frisando que em causa está a existência de uma diferenciação política e cultural do município, da procura de um upgrade, do mérito dos projetos. -----

Concluindo, sublinhou que o que a Câmara pretende é que as associações do Concelho deem o salto, salientando que as associações estão capacitadas para isso e que Câmara está disposta a apoiar projetos que promovam esse salto qualitativo. -----

*Entretanto, no decorrer deste assunto, saíram os membros Sérgio Cirino, Carla Adriana Pinto, Maria Manuela Teixeira e Alberto Tavares.* -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP, Ind.), 15 votos contra (PS: 14, BE) e 2 abstenções (PS – Liliana Couto, CDU), aprovar, sob proposta da Câmara, o Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Saiu o membro Catarina Irene Pereira.* -----

**8 – Contrato-Promessa de Doação a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira, José Narciso Brandão de Pinho e esposa, e a União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 14 de julho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 26, PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), aprovar o apoio à Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, de 15.000,00 €, nos termos da cláusula Quarta do Contrato em epígrafe, transcrito na deliberação camarária supraidentificada. -----

*Sairam os membros João Cunha, Justino Pinto e Adriana Cardoso.* -----

*Reentrou o membro Maria Manuela Teixeira.* -----

**9 – Procedimento concursal “Aluguer de salas pré-fabricadas para atividade letivas, atividades de enriquecimento curricular, refeitório escolar e outras atividades de apoio a instalar junto aos edifícios das EB do Concelho de Santa Maria da Feira”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 30 de junho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Rosa Silva* (PS) que começou por dizer que a sua intervenção era para, em representação do grupo municipal do PS, chamar a atenção da Câmara para que tais equipamentos, as chamadas salas pré-fabricadas, não se transformem em equipamentos de caráter definitivo.-----

Disse ter conhecimento de algumas reclamações, nomeadamente de vários pais, no sentido de que tais pré-fabricados, em alguns aspetos, não são enriquecedores para as atividades letivas, sublinhando que aquilo que a população pretende são boas instalações educativas e definitivas.-----

Aludiu à situação concreta respeitante à colocação de um pré-fabricado na escola do 1.º Ciclo



de Vilares, em Canedo, recordando que essa era uma das escolas previstas encerrar com a abertura do Centro Escolar de Canedo. Referiu que, não tendo sido ainda possível, pelo atraso das obras, a abertura desse centro escolar, houve necessidade de reintegrar alunos da escola de Mosteirô na escola de Vilares e, uma vez que esta não tinha cantina, foi necessário recorrer a um pré-fabricado para servir de refeitório. -----

Fez notar que estão em causa 48 alunos, sendo que 5 deles têm necessidades especiais, reafirmando que alguns dos pais desses alunos têm manifestado preocupação no sentido de que esse equipamento não se torne definitivo e que, efetivamente, se mantenha como provisório até à abertura do Centro Escolar de Canedo, frisando ser essa a chamada de atenção que queria deixar. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Há mais de uma década a comunicação social nacional, nomeadamente e principalmente o semanário Sol, referiu que o Concelho de Santa Maria da Feira era o que mais salas modelares tinha no seu Parque Escolar. Entenda-se por salas modelares os contentores.-----

A Câmara Municipal, tentando desmentir a notícia, aludiu que era uma situação temporária. Já se passaram 10 anos. -----

A verdade é que com um planeamento mais eficaz e um melhor aproveitamento das infraestruturas existentes, o aluguer destas salas seria desnecessário, no nosso entender, até porque com o encerramento de escolas há infraestruturas livres que certamente poderiam ser utilizadas.-----

A poupança do custo, por exemplo, se não alugássemos estes contentores, que embora reduzido, permitiria, por exemplo, cobrir as despesas com livros escolares de todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que rondam cerca de 40 € por aluno. Colocando, assim, as famílias do Concelho da Feira em pé de igualdade com os municípios vizinhos.-----

Neste caso, mais uma vez, verifica-se que a Câmara Municipal que se vangloria de ser um excelente município no apoio social, não está em pé de igualdade com os municípios vizinhos.-----

Para terminar, era interessante que não surgisse aqui, hoje, a demagogia que já se viu em anos anteriores, nesta Assembleia Municipal, de afirmar que os contentores são uma solução

---



viável. Quem é professor, quem leciona, quem tem crianças nos contentores sabe que estes contentores não têm o isolamento climatérico ideal, não têm isolamento sonoro ideal e que não são o ideal para a prática letiva.-----

A Sr.<sup>a</sup> vereadora (Cristina Tenreiro) e o Sr. Presidente estão a dizer que têm. Se me permitem um apontamento pessoal, enquanto militar vivi seis meses num desses contentores, no estrangeiro, e sei que não têm. -----

Era interessante que a Câmara apresentasse definitivamente um plano para que não se recorresse, ou não se continuasse a recorrer, a estes contentores.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer, a respeito da autorização para a assunção dos compromissos plurianuais em questão, que seria importante a Assembleia Municipal saber para que escolas e para que funções são precisos os contentores, bem como perceber o porquê das mesmas não serem intervencionadas uma vez que, ano após ano, são necessários nessas escolas. -----

Questionou, também, qual a razão para que não sejam reaproveitadas as escolas que são encerradas no Concelho uma vez que, pelo que se percebe, existe falta de espaço, comentando que se não existisse essa falta de espaço a Câmara não continuaria a alugar esses contentores, para que as crianças possam ter aulas. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que disse que queria somente dar nota, a propósito da afirmação do membro Filipe Moreira de que o semanário Sol abordou, há mais de dez anos, o tema das salas modelares, que aquele semanário foi fundado no dia 16 de setembro de 2006.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer, em relação à questão relacionada com o Centro Escolar de Canedo, que as obras do mesmo estão previstas terminar entre dezembro e janeiro próximo e, portanto, entrar em funcionamento no início de 2015, comentando que nessa altura as salas modelares referidas deixarão de ser necessárias.---  
Sobre a intervenção do membro Filipe Moreira, salientou que se há um setor motivo de orgulho dos feirenses, é o setor da Educação, ressaltando, a propósito da referência que o semanário Sol fez, há alguns anos, de que Santa Maria da Feira seria o concelho com maior

---



número de salas modelares, que isso não correspondia à verdade, mas que admitia que haviam muitas espalhadas pelo Concelho. -----

Destacou que as salas modelares são equipamentos excelentes para uso temporário e que qualquer pessoa que visite uma sala modelar percebe isso, recordando que as salas modelares são usadas pelos tribunais e até pelos hospitais. -----

Realçou também conhecer contentores que não têm o mínimo de condições, como os que são usados, por exemplo, para o transporte de mercadorias, mas que os usados nas escolas de Santa Maria da Feira têm todas as condições necessárias para um bom funcionamento das aulas, ressaltando não haver queixas, nem dos pais nem dos alunos, relativamente a um mau funcionamento devido às salas modelares. -----

Referiu que a Câmara, há cerca de oito anos, desenhou como ponto estratégico para Santa Maria da Feira o setor educativo e que ainda hoje o é, focando que foram construídos 15 centros escolares, que está em construção o Centro Escolar de Canedo e que a Câmara quer construir o de Santa Maria da Feira, que foram reabilitadas 30 ou 40 escolas, que foi construída uma EB 2,3 cuja inauguração decorreu hoje, bem como a EB 2,3 de Paços de Brandão que foi praticamente feita de novo. Recordou, ainda, que o Concelho tem cerca de 150 escolas, somente do 1.º ciclo. -----

Disse considerar que a Câmara tem uma política absolutamente exemplar no que diz respeito às construções escolares, salientando que essa política mudou, nesse aspeto, a face do Concelho, frisando que todos devem estar satisfeitos por isso. -----

Referiu que foi necessário alojar temporariamente alunos bem como ter refeitórios temporários, fazendo sobressair, todavia, que o número de salas modelares vai diminuindo e que provavelmente, dentro de um ou dois anos, já não existirá nenhuma no Concelho. -----

Concluindo, e sobre a ideia transmitida pelo membro Moisés Ferreira no sentido de mudar os alunos para uma escola que tenha vagado, referiu que isso poderia levar um aluno de Canedo ou de Santa Maria da Feira a ir para o Vale, salientando que tal não faz sentido e que não era minimamente exequível. -----

-----  
A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse que o investimento nos centros escolares foi uma aposta forte, salientando ser verdade essa afirmação mas que também era



bom que se reconhecesse que esse investimento partiu dos governos do Partido Socialista.-----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, em relação à última intervenção da deputada municipal Margarida Gariso, esclarecer que não foi o governo socialista a fazer esse investimento, fazendo notar que as escolas que foram construídas no Concelho foram apoiadas pelos Fundos Comunitários e que a parte não financiada, na ordem dos 30% do investimento final, foi paga pelas receitas do Município, fazendo sobressair que tal investimento foi racional e aos melhores preços do mercado.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 23, PS: 16, CDS-PP, Ind.) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:-----

. Ano 2015 – 30.960,00 € + IVA;-----

. Ano 2016 – 15.480,00 € + IVA.-----

-----  
*Saiu o membro Serafim Guimarães. Reentrou o membro Justino Pinto.*-----

#### 10 – Procedimento de “Aquisição de Apólices de Seguros”-----

##### - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

-----  
O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de julho de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

-----  
Usou da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que a sua intervenção não se prendia, única e exclusivamente, sobre o ponto em questão mas sim sobre a maioria dos pontos referentes a pedidos de autorização prévia para assunção de



compromissos plurianuais.-----  
Quanto ao procedimento da aquisição de apólices de seguros, referiu perceber-se que a Câmara pede autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos em relação a um concurso no valor de 605.500,00 € mas que, para além disso, não dá mais informação, nomeadamente sobre que seguros estão abrangidos, se é para edifícios, trabalhadores ou viaturas automóveis, se existiu, ou não, auscultação ao chamado mercado, se haveria preços mais baratos, ou se este já era o preço que a Câmara pagava anteriormente. ----  
Frisou que o presente exemplo é um dos muitos casos, salientando que o ponto seguinte da Ordem do Dia, sobre a requalificação ambiental da Pedreira das Penas, é mais um exemplo disso, ou seja, a Câmara pede à Assembleia Municipal para autorizar a assunção de compromissos mas não diz como é que vai ser utilizado o dinheiro.-----  
Concluindo, referiu ter dificuldade em decidir sem ter a devida informação e que considera que a Assembleia Municipal também deveria sentir dificuldade em dar autorizações e passar cheques sem saber como o dinheiro vai ser utilizado. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para esclarecer que o cheque vai ser utilizado para pagar os seguros de acordo com o concurso público que está a decorrer. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 23, PS: 16, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

- . Ano 2015 – 201.833,28 €;-----
- . Ano 2016 – 201.833,28 €;-----
- . Ano 2017 – 185.014,00 €.-----

-----  
**11 – Empreitada de “Requalificação Ambiental da Pedreira das Penas” – Santa Maria da Feira** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à

---





Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 11 de agosto de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referir que, como é do conhecimento geral, a Pedreira das Penas é um dos cancros ambientais, realçando que ao longo dos anos surgiram algumas propostas privadas para aquele local mas que foi sempre alegado que havia a necessidade de se fazer um plano de pormenor daquela zona. Nessa medida, questionou à Câmara se existe a intenção de realizar, a curto prazo, esse plano de pormenor.-----  
-----

Disse que outra questão que queria colocar prende-se com uma dúvida que os moradores daquela zona têm manifestado, nomeadamente sobre o modo como será feita a requalificação, dado implicar a necessidade de circulação de muitos camiões naquela envolância. -----

Referiu ser sabido que a pedreira tem dois acessos, um junto às residências que estão habitadas e um outro junto do hipermercado existente na envolvente, questionando por qual dos lados vão circular os camiões que farão o transporte das terras. -----  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que o projeto da reabilitação da pedreira foi feito pelo reputado Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Professor Ferreira Lemos.-----  
-----

Explicou que a pedreira tem uma profundidade de 26 metros, que levará terra proveniente do aterro de Canedo até à cota dos 16 metros para, depois, levar uma parte em brita e, finalmente, novo aterro. Realçou que à superfície ficará um espelho de água com cerca de 1 metro de altura, frisando, contudo, serem aspetos técnicos que teria de confirmar pelo projeto, uma vez que estava a falar de memória. -----  
-----

Referiu que, segundo disse saber, as obras da requalificação começaram na segunda-feira passada, dando nota que as mesmas consistem no transporte de terra e que a circulação dos camiões vai ser feita pelo acesso ao lado do supermercado. -----  
-----

Quanto à questão do plano de pormenor, disse haver um estudo feito pelos serviços técnicos



da Câmara onde se prevê o espelho de água de que falou, realçando ainda que junto ao Cineteatro António Lamoso e após a desativação da Escola EB1 N.º 1, será criada uma praça, aludindo ainda à intenção de se construir um passadiço naquela zona. -----

Concluindo, deu nota que as obras de requalificação da Pedreira das Penas implica um transporte de cerca de 200.000 m<sup>3</sup> de terra. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 43 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção de compromisso plurianual para 2015, inerente ao procedimento em epígrafe, no valor de 430.648,67 €. -----

*Reentraram os membros João Cunha, Serafim Guimarães e Adriana Cardoso.* -----

*Saiu o membro Liliana Couto.* -----

**12 – Arrendamento Low Cost no Centro Histórico de Santa Maria da Feira (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Márcio Correia, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 11.408, em 09 de setembro de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à proposta que aquele membro fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, passou a palavra ao membro Márcio Correia para fazer a apresentação dessa proposta. -----

Usou da palavra o membro *Márcio Correia* (PS) que apresentou e leu a proposta em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Promover a recuperação urbana e socioeconómica do Centro Histórico de Santa Maria da Feira é para o Partido Socialista uma prioridade. Como vereador do PS no mandato anterior



(2009-2013), apresentei em reunião de Camara Municipal linhas de um projeto para a requalificação urbana do Centro Histórico de Santa Maria da Feira. A proposta até foi bem aceite pelo anterior Presidente de Camara, Alfredo Henriques, que concordou em linhas gerais, e reafirmou da utilidade da mesma, mas que a mesma, teria de ser analisada no pelouro respetivo com os técnicos da Camara Municipal de Santa Maria da Feira (CM SMF). No entanto, nunca obtive qualquer resposta... da CM SMF, e infelizmente tudo se mantém até à presente data. -----

O Centro Histórico representa a origem da ocupação urbana no território na cidade da Feira. Refletindo os valores antepassados das necessidades das populações, nas suas formas de vivência quotidiana, assumem-se como um relevante valor patrimonial de referência histórica e social. -----

Atualmente está ameaçado pelo desgaste físico do seu edificado, pelo envelhecimento progressivo do seu tecido social, em virtude da maioria dos prédios no Centro Histórico estarem devolutos, em total abandono, o que naturalmente fez com que esta zona da cidade esteja em plena “desertificação” populacional, e que torna então a zona história, como “fantasma”, sem “vida”, sem “alma”. -----

Tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade, o PS deseja uma revitalização, reabilitação e valorização das particularidades do Centro Histórico, o PS quer estimular o desenvolvimento e a continuidade da identidade local. -----

O Partido Socialista não deseja um Centro Histórico só para diversão noturna, e só com atividade à sexta e sábado à noite. O PS na Assembleia Municipal está preocupado com o futuro desta parte mais histórica da cidade. Entende que cabe à CM SMF tomar a iniciativa de transformar o Centro Histórico num polo atrativo de pessoas, comércio e serviços. -----

O conceito de arrendamento Low Cost consiste no princípio de otimização de recursos, o que inclui o princípio básico da adequação da oferta à procura. Traduz-se numa oferta que consiga aliar uma qualidade espacial, tipológica, de organização do espaço interior, uma criteriosa escolha de materiais e uma localização central, que facilite as deslocações e desencoraje o uso do transporte individual, privilegiando os “modos suaves” de transportes com especial enfoque nas vias pedonais. Todas estas características estão abrangidas no Centro Histórico em Santa Maria da Feira. Ora vejamos, num perímetro de 3 km, existe: Farmácia, Tribunal, Hospital, Finanças, Escola 1.º Ciclo, entre outros serviços! Temos, então, presentes as



condições para que a CM SMF possa com medidas práticas e funcionais motivar os proprietários dos edifícios devolutos a requalificarem os prédios numa intenção de poderem obter lucros com isso através de arrendamento Low Cost. Isto porque, a reabilitação de imóveis devolutos e/ou degradados, efetuada com critérios menos exigentes e com menores custos (desde que não comprometa os níveis de segurança exigíveis), permite disponibilizar habitação sem o luxo, dimensões, nível de equipamentos e outros fatores de conforto, onde como se prescindir de algumas exigências tradicionais permite a obtenção de custos finais mais baixos. -----

Para o Partido Socialista a primazia passa por disponibilizar prédios reabilitados com habitações completamente equipadas e mobiladas. O foco é o mercado de arrendamento, mas não exclui a venda propriamente dita, ou a aceitação de soluções mistas, que poderão incluir habitações para venda e para aluguer. A lógica Low Cost é a de criar um produto com procura, a custos controlados, e isso poderia atrair novos clientes para o mercado de arrendamento na cidade. Poderia fazer com que turistas, com que pessoas que estejam em mobilidade profissional, com que estudantes estivessem disponíveis para vir viver para uma casa simples, mas funcional, que tivesse a grande vantagem de estar próxima de todos os serviços e comércio, que qualquer pessoa necessita. -----

O Grupo Municipal do PS no âmbito da sua competência recomenda estratégia que assentará numa procura exaustiva de imóveis e seus proprietários que possam aderir com um conjunto de potenciais vantagens que a CM SMF possa disponibilizar. O PS deseja a elaboração de um plano que inclua uma integrante de mapeamento e caracterização das situações dos devolutos e de formatação e implementação de instrumentos de financiamento que incentivem a sua requalificação e colocação no mercado de arrendamento de habitação, associado aos programas nacionais de financiamento à habitação e reabilitação urbana (IHRU), com outras soluções financeiras que integrem entidades bancárias. -----

O PS defende a Criação de um programa de incentivo à colocação de fogos devolutos no mercado de arrendamento (Low Cost) para habitação e comércio, para o Centro Histórico, para isso, elenca as seguintes medidas; -----

- Promover a criação de uma Associação de Senhorios do Centro Histórico, e com essa Associação estabelecer um protocolo para condições de requalificação de prédios devolutos, e regras para mercado de arrendamento (Low Cost). -----



- No programa de arrendamento (Low Cost), estabelecer limites máximos de preço por tipologia de habitação, e período temporal máximo de contrato. -----
- Isentar em taxas (ex. taxas de urbanização) todos os projetos de requalificação de prédios. ---
- Isenção total, ou redução ao mínimo legal do IMI durante 5 anos aos proprietários que reabilitem os seus prédios. -----
- Criar uma bolsa de apoio financeiro para a manutenção das fachadas dos prédios. (Ex: CM SMF poderia atribuir um valor para pintura dos prédios). -----

O Partido Socialista espera que a CM SMF seja o “motor” da regeneração urbana histórica da cidade da Feira e, ao fazê-lo, o processo de regeneração urbana põe em marcha uma verdadeira economia representativa do património histórico. Esta regeneração urbana poderá mostrar a emergência de uma nova economia ligada ao turismo, ao comércio local, ao mercado de arrendamento, e ao lazer que, mesmo não sendo dominante, simboliza o aparecimento de novas dinâmicas sociais e económicas, criando uma nova harmonia urbana em Santa Maria da Feira.” -----

-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer, em relação à proposta em causa, que dividiria a sua intervenção em duas partes, e que a primeira era para concordar com o objetivo da reabilitação e da reanimação do Centro Histórico, pela vida e pela vivência das pessoas que habitam naquela zona. -----

Referiu que os centros históricos, como o de Santa Maria da Feira, estão cada vez mais desertificados, mais dados aos serviços e à atividade noturna, ressaltando ser uma pena ver um edificado grande e desabitado principalmente quando é sabido que existem muitas famílias que necessitam e que solicitam à Câmara Municipal habitação mais barata, habitação social, e que a Câmara Municipal não está a conseguir dar resposta a todas as solicitações por falta de habitação com rendas baratas ou a custos controlados. Frisou, portanto, que seria interessante utilizar as frações e os prédios que estão, atualmente, devolutos e abandonados, para promover o arrendamento. -----

Ressaltou, contudo, que o Bloco de Esquerda tem algumas divergências com aquilo que é proposto pelo grupo municipal do PS, em relação ao modo como deve ser feita a reabilitação urbana. -----

Salientou que o Bloco de Esquerda defende que os proprietários que abandonaram as suas

---



habitações, deixando-as degradar e sem lhes dar nenhuma utilidade pública e social, devem ser penalizados por isso, ressaltando que essa ideia entronca naquilo que falou anteriormente, a propósito do IMI. -----

Frisou que a proposta pode até, no limite, beneficiar quem fez o abandono da sua própria habitação porque propõe que se possa isentar de taxas de urbanização todas os projeto de requalificação, que possa existir uma isenção total do IMI durante cinco anos e que até possa haver uma bolsa de apoio financeiro para a manutenção das fachadas. -----

Referiu que os proprietários que até tenham rendimentos e dinheiro para fazer a reabilitação e não o tenham feito, podem, de alguma forma, ter alguns benefícios com a proposta apresentada. -----

Ressaltou que o Bloco de Esquerda defende que a Câmara deve entrar em contacto com os proprietários e obrigá-los a fazer obras nas suas propriedades. Nessa medida, salientou que os proprietários que têm rendimentos para fazer as obras, teriam de fazê-las e que, se não as fizessem, a Câmara poderia chegar a um acordo com vista a uma cedência temporária da propriedade, assumindo a reabilitação e a recolocação desse edificado no mercado de arrendamento. Quanto àqueles que não tivessem dinheiro para realizar as obras, salientou que, principalmente nessas situações, a Câmara levaria a cabo esse processo. -----

Realçou que, no entendimento do Bloco de Esquerda, essa bolsa de arrendamento a custo controlado viria para a esfera da Câmara Municipal e que não ficaria na esfera dos privados. -- Concluindo a sua intervenção, salientou que o Bloco de Esquerda está de acordo com o objetivo da proposta mas que discorda da forma de o fazer, pelo que se absteria na votação da mesma. -----

-----

Interveio o membro *Domingues Pereira* (PSD) que começou por dizer que a proposta apresentada pelo membro Márcio Correia, em representação do grupo municipal do PS, diz que a zona histórica é fantasma, sem vida e sem alma. Sobre isso, disse que tal como o membro Márcio Correia, também tem escritório na zona histórica, dizendo ver uma realidade diferente daquela que vê o membro Márcio Correia, ou seja, que vê uma zona histórica com vida, sem ser fantasma e com alma, dizendo achar que é isso que todos os feirenses pensam. -- Referiu que o desenvolvimento verificado nos últimos dez anos do centro histórico de Santa Maria da Feira é uma evidência de que tem havido reabilitação e requalificação daquela zona,

---



contrariamente ao que acontecia anteriormente, considerando, portanto, que a proposta é apresentada a contratempo. -----

Salientou que o comércio e serviços gera uma simbiose com a animação noturna mas que a habitação é conflituante, realçando que a zona histórica de Santa Maria da Feira não é extensiva tal como é a do Porto ou Coimbra, e que se se fizesse coincidir a habitação com a animação noturna porventura isso colidiria, conduzindo o Centro Histórico ao insucesso, tornando-a, aí sim, numa zona fantasma, sem vida e sem alma. Frisou, por isso, que a proposta apresentada pelo membro Márcio Correia geraria, no seu entendimento, precisamente aquilo que o mesmo pretende evitar. -----

Sobre a criação de uma associação de senhorios disse estimar que, porventura, daria para juntar os elementos dessa associação numa mesa de café, sublinhando ser preciso ter a noção da dimensão do Centro Histórico e dos prédios que poderiam caber nessa situação. -----

Ressaltou que, para além disso, entende não se estar numa sociedade de direção centralizada, onde a fixação dos preços emane do Estado ou da autarquia, frisando que essa dinamização parte do funcionamento das regras de mercado, da lei da oferta e da procura, questionando de que forma poderia a Câmara Municipal estabelecer o preço da renda, ainda mais a preços baixos. -----

Concluindo, disse fazer sentido que todos pensem na questão da reabilitação do Centro Histórico, mas que o grupo municipal do PSD não entende que o caminho proposto pelo membro Márcio Correia seja o caminho a seguir, pelo que votava contra essa proposta. -----

-----  
Usou novamente da palavra o membro *Márcio Correia* (PS) que, aludindo à intervenção do membro Moisés Ferreira, representante do Bloco de Esquerda, comentou parecer-lhe que a ideologia que, por vezes, aquele membro defende é contrária à própria ideologia do Bloco de Esquerda. -----

Sublinhou que a preocupação do Partido Socialista não se prende com o facto de os proprietários terem mais ou menos dinheiro, mas sim com a criação de mais postos de trabalho, mais receitas de impostos, mais economia, dizendo ser isso o fundamental da proposta, ressaltando que quem precisa de dinheiro também precisa de quem tenha dinheiro e saiba investir. -----

Relativamente ao proferido pelo membro Domingues Pereira, disse que apesar do mesmo ter

---



escritório na zona histórica não conhece o movimento existente a partir das 6 horas da tarde, porque vai para casa a essa hora, nem sabe que, no Centro Histórico, não moram mais de duas dezenas de pessoas. Referiu que o membro Domingues Pereira deveria ter tido mais cuidado ao usar essa argumentação porque revela desconhecimento da realidade, dizendo bastar passar no Centro Histórico, a partir da hora que falou, para comprovar que o mesmo está, infelizmente, vazio. -----

Disse lamentar que o grupo municipal do PSD vote contra a proposta, sublinhando que o grupo municipal do PS entende tratar-se de uma proposta construtiva e ativa, destacando que os itens basilares da mesma já são seguidos em dezenas de concelhos do País, com votos partidários de todas as cores e em câmaras municipais de todas as cores partidárias. Referiu considerar que o voto contra do grupo municipal do PSD é somente político, ressaltando que se fosse um eleito daquele grupo a apresentar a mesma proposta, não a rejeitariam. Realçou que, para além disso, a proposta que apresentou segue os itens principais do atual governo do PSD, recordando que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana apresentou um conjunto de propostas do atual Governo e que, portanto, acha engraçado que o grupo municipal do PSD chumbe, na Assembleia Municipal, uma proposta que o atual governo PSD fez a nível nacional. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, CDS-PP, Ind.) da proposta apresentada pelo membro Márcio Correia, 26 votos contra (PSD) e 2 abstenções (BE, CDU), rejeitar a proposta em referência – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Nós votamos a favor, mas parece-me importante esclarecer que nós não somos contra o arrendamento de baixo custo, pelo contrário, parece-nos é que o repensar o Centro Histórico de Santa Maria da Feira ou o repensar do mercado de aluguer...” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o membro Filipe Moreira, pedindo-lhe para clarificar a Mesa se tinha votado a favor a proposta, ou se se tinha abstido, ao que o membro *Filipe Moreira* confirmou ter votado pela abstenção e que falou em votar a favor porque a





CDU é tradicionalmente a favor do arrendamento de baixo custo. Prosseguiu a declaração de voto, dizendo o que seguidamente se passa a citar: -----

“Parece-nos que o repensar o Centro Histórico ou até mesmo o mercado de arrendamento deve ser mais estrutural e não tão vago como o documento aqui apresentado, o que poderá levar a alguns desvios e, portanto, votamos com a abstenção.” -----

**13 – Proposta de eliminação de documentos** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da proposta feita pela Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo – Dr.<sup>a</sup> Etelvina Araújo, datada de 16 de junho de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Tendo em vista a eliminação de documentação que, nos termos legais, não são considerados documentos administrativos, não possuindo, em consequência, qualquer valor informativo ou probatório que justifique a sua preservação, a Divisão de Bibliotecas e Arquivo, a pedido do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, procedeu à inventariação sumária de meios auxiliares à produção de atas das sessões da Assembleia Municipal, em suporte áudio, com o intuito de os mesmos serem eliminados. -----

Em face do exposto, propomos que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibere aceitar a eliminação dos documentos descritos, conforme o auto de avaliação que se anexa. ----

Mais informo que, tendo em vista uma operacionalização dos processos de avaliação, eliminação ou arquivo de documentação, era de todo pertinente que o Regimento da Assembleia Municipal contemplasse uma alínea informando que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas e que, após a transcrição e aprovação das atas das sessões, as mesmas são eliminadas.” -----

Acompanha a proposta o auto de avaliação nela mencionado, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Auto de avaliação n.º 2/2014 -----

Aos seis dias do mês de junho de 2014, a Divisão de Bibliotecas e Arquivo, a pedido do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, tendo em conta a Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro (Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais), o disposto na alínea a) do n.º 2, do art.



3.º, da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos), procedeu à inventariação sumária de documentos auxiliares à produção de atas das sessões da Assembleia Municipal, em suporte áudio, com o intuito de os mesmos serem eliminados, uma vez que estes não são, nos termos legais, considerados documentos administrativos, não existindo, em consequência, qualquer período mínimo de conservação legal.-----

Documentos	Unidades de informação	Datas extremas
Gravações áudio das sessões da Assembleia Municipal	Várias, acondicionadas em 3 caixas	1977-1997

Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivo, -----

Etelvina Araújo.”-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 26, PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 voto contra (BE), autorizar a eliminação das gravações áudio das sessões da Assembleia Municipal, de 1977 a 1997, nos termos da proposta em epígrafe. -----

*Sairam os membros Domingues Pereira e Serafim Guimarães.* -----

#### **14 – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular** -----

**- Aprovação de adesão**-----

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de setembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra



relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 24, PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a adesão do Município de Santa Maria da Feira à Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, bem como autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes à adesão, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, no montante anual de 15.000,00 €.

**15 – Aquisição de serviços “Comunicações de voz fixas, móveis e dados”**

**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de setembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 24, PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, nos seguintes termos:

. Ano 2015 – 85.000,00 € + IVA;

. Ano 2016 – 77.917,00 € + IVA.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existirem quatro inscrições para intervir neste Período, que seguidamente se identificam:

1 – Joaquim Augusto de Sousa Cruz

Morada: Rua Entre Pontes, n.º 237, 4500-737 Nogueira da Regedoura

Assunto: Pagamento da taxa de rede de água e saneamento.



2 – Artur Pereira da Rocha-----

Morada: Rua Entre Pontes, 4500-737 Nogueira da Regedoura -----

Assunto: Pagamento da taxa de rede de água e saneamento. -----

3 – Manuel Joaquim da Costa -----

Morada: Travessa da Adelaide – Nogueira da Regedoura -----

Assunto: Limpeza de terreno. -----

4 – António Joaquim Santos Vieira -----

Morada: Rua do Vale Grande, n.º 186 – Escapães -----

Assunto: Pagamento da taxa de rede de água e saneamento. -----

Em seguida, passou a palavra, nos termos do Regimento, ao cidadão Joaquim Cruz.-----

-----  
Usou da palavra o cidadão *Joaquim Cruz*, que começou por dizer que o motivo da sua inscrição prende-se com a sua discordância por lhe ter sido cobrada a taxa da rede de água, ressaltando que o tubo dessa rede não chegava ao seu prédio, ficando a uma distância de sensivelmente 18 metros. -----

Referiu que, perante isso, requereu a visita dos serviços técnicos da Indagua Feira e que, nessa visita, ficou confirmou que a rede se encontrava distante da sua casa. -----

Salientou que, entretanto, fez o pedido de adesão aos serviços da rede de abastecimento de água e do saneamento, e que nessa altura fez a ressalva que o que lhe fazia mais falta era o serviço do saneamento, porque tinha de pagar para esvaziar as fossas de sua casa, quando água tinha muita no poço.-----

Disse que, entretanto, foi feita a instalação do contador sem que tivesse sido atempadamente avisado, ressaltando que só deu conta dessa instalação pelo lixo que ficou acumulado junto à respetiva caixa. -----

Referiu que, posteriormente, recebeu em casa um contrato para assinar, mas que não o assinava por considerar que tem direito aos dois serviços que pediu, e não somente a um. -----

Salientou que já se anda a debater com esse problema desde 2011, que não concorda com o pagamento dessas faturas porque, na altura, a rede de água não lhe chegava a casa e que, por isso, tem faturas por regularizar. -----

Concluindo a sua intervenção, pediu à Câmara esclarecimentos sobre essa situação. -----



Feita a chamada do segundo cidadão inscrito, *Artur Rocha*, o mesmo disse, a partir do seu lugar, que o seu caso é semelhante ao relatado pelo cidadão Joaquim Cruz, uma vez tratarem-se de casas geminadas, e que, portanto, os esclarecimentos que solicitava eram os mesmos. -----

Interveio, de seguida, o cidadão *Manuel Costa*, que começou por referir que a sua questão prende-se com um terreno que confronta com a sua casa, em duas frentes, que se encontra por limpar, com um silvado com cerca de sete metros de altura. Disse que nessa confrontação tem um muro por onde passa a instalação da rede elétrica e da rede de abastecimento de água que serve a sua habitação, bem como uma ramada de kiwis encostada a esse muro, pelo que perguntava quem se responsabilizaria pelos eventuais danos causados por um incêndio surgido naquele terreno. -----

Referiu que vem alertando, há vários anos, tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia para a necessidade de proceder à limpeza daquele terreno, que ainda há dias foi à Junta de Freguesia para alertar da situação, e que achava vergonhoso que nem a Câmara Municipal nem a Junta de Freguesia intervenham no sentido de obrigar o proprietário do terreno a proceder à limpeza do mesmo. -----

Concluindo a sua intervenção, questionou se é preciso que o terreno arda para que se intervenha, dizendo que queria ser esclarecido de quem lhe pagaria os eventuais prejuízos causados por um incêndio naquele terreno. -----

Feita a chamada do 4.º cidadão inscrito, António Vieira, constatou-se que o mesmo não se encontrava presente. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, e porque as questões haviam sido colocadas à Câmara, concedeu a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos, tendo este dito que os assuntos colocados requerem uma análise cuidada dos serviços da Câmara e que não se considerava apto para, naquele momento, dar os devidos esclarecimentos, pelo que os mesmos seriam dados oportunamente aos respetivos munícipes. -

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu, então, que os munícipes que intervieram seriam



oportunamente contactados e esclarecidos quanto às questões colocadas, dando, portanto, por terminado o Período de Intervenção do Público. -----

Em seguida, submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 00,45 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário,**